

A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004

José Marcos Pinto da Cunha

INTRODUÇÃO

Como já demonstrado em estudo anterior (Cunha e Baeninger, 2005), os movimentos migratórios no Brasil, a partir dos anos 80, trouxeram novas características, especificidades e, sobretudo, uma grande diversificação de modalidades. No entanto, pode-se pensar que tais mudanças dizem respeito muito menos ao surgimento de novos processos migratórios, e mais ao incremento da complexidade das relações existentes entre a migração e o desenvolvimento social e regional, frente às enormes transformações observadas no Brasil, no que se refere aos seus processos produtivos e sua repercussão no mercado de trabalho, à ação do Estado etc.

Em apenas três décadas o país experimentou mudanças em seus espaços da migração que, mesmo delineando boa parte das tendências históricas, contribuíram para o surgimento de novas direções e sentidos e até mesmo intensificação (ou arrefecimento) de certas modalidades migratórias. São exemplos dessas transformações o aumento da intensidade da migração intra-regional e intra-estadual; a alternância de situações no que se refere às áreas de atração e expulsão demográfica no país; e a redução do processo de ocupação das fronteiras; a intensificação – ao menos nos anos 90 – da migração de retorno, assim como a alteração do padrão tradicional da migração de tipo rural-urbana.

Ao mesmo tempo em que tais tendências refletem novos processos em curso, como por exemplo a reestruturação produtiva nas grandes centros urbanos, a opção por um modelo exportador que muda a forma de ocupação das antigas (e novas) áreas de fronteira etc., elas também sugerem um aumento da complexidade das estratégias dos migrantes para enfrentarem

as novas contingências, o que implica na necessidade de se pensar e dar conteúdo a novas categorias analíticas como a da “circularidade”, ou repensar o papel de antigas como as redes sociais, a migração de retorno etc.

As tendências redistributivas centrípetas (em direção ao Sudeste, em especial a São Paulo) e centrífugas (para as fronteiras), mesmo não perdendo suas importâncias, parecem não mais representar unicamente o que de mais relevante acontece em termos migratório no Brasil.

Os estudos até agora realizados mostraram que o país transformou-se e os Estados do Sudeste do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram os que mais sofreram, não apenas com a crise econômica, mas também com as novas tendências locacionais da atividade produtiva que, de uma forma ou de outra, também tiveram impactos sobre a redistribuição espacial da população.

Do lado das áreas historicamente emissoras de população, se bem as análises apontavam para uma redução de suas perdas demográficas, pelo menos até os anos 90, em certos Estados do Nordeste, já se observavam indícios de um recrudescimento da emigração. Da mesma forma, as áreas de fronteiras não mais parecem possuir a capacidade de absorção migratória do passado, particularmente depois das grandes mudanças em sua estrutura econômica.

Se a década de 90 trouxe algumas novidades e várias continuidades de tendências passadas, o que dizer do início do século 21? É o que pretende explorar o presente ensaio. A partir de análise dos dados da PNAD 2004, este estudo visa realizar um diagnóstico da situação migratória brasileira para os primeiros anos deste século, tendo em vista constatar se, em comparação com a década anterior, ocorreram ou não mudanças importantes.

Muito embora o fenômeno migratório, como já se frisou, tenha adquirido grande complexidade nas últimas décadas, sobretudo pela emergência ou consolidação de inúmeras modalidades de movimentos populacionais, o fato de se utilizar a PNAD leva a restringir este estudo apenas aos movimentos interestaduais. Contudo, não representa qualquer limitação, tendo em vista que, sem dúvida, ainda hoje são esses movimentos os principais responsáveis pela maior parte do processo de redistribuição espacial da população no Brasil e, portanto, fenômeno fundamental para se entender a dinâmica demográfica brasileira. Além disso, essa modalidade de migração constitui-se em importante sinalizador de mudanças estruturais e

do impacto das políticas de desenvolvimento do país voltadas a reduzir as desigualdades regionais.

1. ALGUNS ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS

Nos anos de 1990, após mais de uma década de sua implantação, a PNAD incorporou, de maneira contínua, a coleta de informações sobre migração em seu questionário básico. Fato muito importante, considerando a crônica falta de informações periódicas sobre esse fenômeno, que dependia para o seu diagnóstico e análise exclusivamente dos dados decenais provenientes dos censos demográficos. Cabe ressaltar que, durante os anos de 1980, em termos da produção de dados para o período intercensitário, esses passaram praticamente intactos¹.

Esse fato, além de ter contribuído, pelo menos entre os demógrafos, para a baixa produção de estudos sobre a temática migratória nos anos de 1980, também implicou grandes dificuldades para a análise prospectiva do fenômeno, com impactos, principalmente, sobre as projeções demográficas que, em geral, equivocaram-se sobre o comportamento da migração durante aquela década, comportamento esse que, sem dúvida nenhuma, surpreendeu a todos os pesquisadores de área.

Nesse sentido, a introdução de quesitos sobre migração nas PNADs a partir de 1992 representou, indubitavelmente, um avanço sem precedentes para uma avaliação mais atualizada do fenômeno, e o reconhecimento, por parte do IBGE, da necessidade de se acompanhar de perto o comportamento migratório que, como todos sabemos, apresenta-se com uma significativa dificuldade de previsão, tendo em vista seu caráter multifacetado, seja em termos dos seus condicionantes, ou mesmo em termos das modalidades que pode assumir. Na atual situação, de amplas e rápidas mudanças estruturais pelas quais passam a sociedade e a economia brasileira, o acompanhamento passo a passo das transformações do fenômeno migratório se torna uma exigência para qualquer estudioso do tema.

Pode-se dizer que a grande maioria das informações recolhidas pelas PNADs dos anos de 1990 sobre migração é da mesma natureza daquela captada nos censos demográficos, particularmente os de 1991 e 2000. Não obstante o anterior, há que se reconhecer que as PNADs apresentam certas

¹ Exceto em 1986, quando a PNAD conteve um suplemento sobre migração.

especificidades, de maneira que nem todos os desenvolvimentos metodológicos realizados que têm os censos como referência possam ser imediatamente aplicados. De fato, apesar de essa fonte apresentar uma grande riqueza de informações que permitem acompanhar mais de perto o caminhar do processo migratório nacional, ela apresenta certas limitações que devem ser consideradas no momento da análise.

A primeira dessas limitações – e a mais óbvia – diz respeito ao tamanho e, portanto, ao nível de representatividade da amostra da PNAD, que não permite conhecer a realidade migratória dos municípios e das regiões dentro dos estados, com exceção de algumas Regiões Metropolitanas. Na realidade, essa limitação, que entre outros aspectos não permite, por exemplo, estabelecer fluxos migratórios em nível municipal, representa uma grande restrição, particularmente se se considera a atual configuração da questão migratória no país, que, claramente, caracteriza-se pela crescente importância dos movimentos de mais curta distância e intra-regionais.

Além disso, não se pode deixar de considerar que a mesma limitação amostral impossibilita a grande flexibilidade dos censos demográficos em termos da gama possível de cruzamentos de variáveis e do número de categorias utilizadas para cada uma delas².

A falta de coleta de informações para a zona rural da Região Norte até bem pouco tempo vigente, também fazia com que a PNAD não fornecesse um quadro completo para esta Região, que, como mostram alguns estudos, tem sido a de maior dinamismo em termos migratórios, dinamismo este que passa também pela ocupação de áreas rurais.

Outro elemento que pode causar algum tipo de preocupação refere-se à expansão da amostra que, como se sabe, é feita com base em projeções demográficas e que, portanto, pode levar a imprecisões nas estimativas (ou maiores erros, já que nem mesmo o Censo pode ser considerado como exato). Contudo, considera-se tal questão superável, tendo em vista que o mais relevante seriam as tendências sugeridas pela fonte em termos das intensidades, direções e características dos fluxos migratórios. De qualquer

² Apenas como exemplo dessa questão, a matriz migratória da migração interestadual (UF de origem *versus* UF de residência) obtida a partir da PNAD, em geral não suporta uma análise desagregada segundo a UF de origem dos migrantes para várias UFs com menor tamanho populacional. Mais complexa ainda alcançar a representatividade de uma tabulação por UF de origem e segundo alguma outra variável, como educação ou renda, por exemplo.

maneira, como será apontado, esse problema inviabilizou o uso neste estudo de PNAD dos anos 90 para comparações que envolvessem volumes.

A despeito da semelhança do tipo de informação levantada, a PNAD deve ser utilizada com certa cautela, muito embora a sua riqueza em termos de dados sobre migração e, o que é mais importante, sua periodicidade anual a torne talvez a mais importante fonte de dados sobre o tema existente no Brasil.

AS POTENCIALIDADES DA PNAD PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO

Ainda que tanto o Estado quanto o município sejam considerados como referência espaciais na formulação dos quesitos sobre migração nas PNADs, a partir dos anos 90, deve-se considerar que, pela especificidade amostral já comentada, somente no caso das UFs é possível estabelecer os fluxos migratórios. Quer dizer, mesmo que se possa catalogar o informante como um migrante intermunicipal, a informação recolhida sobre o lugar de origem do movimento somente permite caracterizar o fluxo migratório em nível de UF.

Assim sendo, pela PNAD existem pelo menos três diferentes maneiras de identificar a origem do migrante:

- Pela UF de nascimento;
- Pela UF de residência anterior;
- Pela UF de residência cinco anos antes.

Obviamente, cada uma desses quesitos tem vantagens e desvantagens que valem a pena lembrar:

No caso da “UF de nascimento”, a condição de migrante seria definida para aqueles indivíduos cuja UF onde foi entrevistado fosse distinta daquela de seu nascimento. Claro está que utilizando esse quesito teria-se apenas o que se chama de “migrantes acumulados” (*lifetime migrants*), ou seja, todos aqueles que chegaram à UF analisada independentemente do tempo de residência. Assim sendo, mais que em qualquer situação, a utilização desse quesito exige um controle pelo tempo de residência, sob pena de analisar cortes migratórias muito dispersas no tempo e, portanto, muito distintas em termos de processos.

Além disso, considerar o lugar de nascimento significa optar por captar o primeiro movimento do indivíduo que, para certos propósitos, pode ser pouco relevante ou pouco informativo dos processos migratórios.

Com a informação sobre a “UF de residência anterior” tem-se, na verdade, a última origem do indivíduo antes de fixar residência no Estado onde foi entrevistado. Assim sendo, a partir desse dado, pode-se traçar um quadro, de certa forma mais atualizado do processo migratório, na medida em que serão computados os movimentos realizados mais recentemente pelos migrantes, particularmente no caso dos mais jovens, com pouca ou nenhuma experiência migratória ou daqueles com história de múltiplas residências.

Finalmente, o quesito sobre “UF de residência cinco anos antes”, assim como a informação anterior, permite que se conheçam movimentos mais recentes dos indivíduos. Com a particularidade de fixar claramente um período para a migração (ou seja, cinco anos), essa informação implica em certas vantagens para cálculos demográficos, como taxas de migração, saldos migratórios, etc. De qualquer maneira, a utilização dessa informação tem a desvantagem de desconsiderar todos os movimentos realizados pelo indivíduo dentro do período.

Como se nota, a partir de qualquer dos três quesitos, é possível, pela PNAD, esquadrihar os fluxos migratórios em nível das UFs simplesmente pela tabulação cruzada entre “residência atual” – destino – e “residência prévia” – origem (nascimento, cinco anos antes ou última residência).

No caso desse diagnóstico, optou-se, para fins de identificação dos fluxos migratórios interestaduais, pela utilização apenas da última informação, ou seja, “UF de residência cinco anos antes do levantamento”, tendo em vista usufruir algumas de suas vantagens, como a possibilidade de calcular saldos migratórios³.

Deve-se alertar, no entanto, que ao utilizar esta informação deixa-se de ter dados sobre a migração dos menores de cinco anos que, obviamente, não haviam nascido no momento para o qual se refere à pergunta. Esse problema não se constitui grande limitação já que a migração nessa idade

³ Refere-se à diferença entre imigrantes e emigrantes (entradas e saídas) e deve ser calculado com base em dois momentos bem determinados no tempo, detalhe que este tipo de dado permite obter. Sua importância reveste-se do fato de que representa o impacto que o processo migratório de um determinado período tem sobre o crescimento demográfico.

é bem pouco significativa e quando ocorre, dá-se, obviamente, na companhia de familiares, o que implica em ínfimas perdas no que se refere às tendências migratórias.

Tendo em mente as características das PNADs cumpre, por último, explicitar a estratégia utilizada no presente diagnóstico com vistas a avaliar as tendências da migração, particularmente com relação à década passada. Considerando que o uso de uma PNAD dos anos 90 poderia implicar em problemas no que se refere aos quantitativos – já que, como se explicou, são obtidos a partir de projeções –, achou-se por bem utilizar os dados do Censo Demográfico de 2000 com base de comparação, mesmo correndo alguns riscos em função de serem fontes de natureza distintas.

Alguns exercícios feitos com a PNAD 99 mostraram que, muito embora em termos de estruturas (por exemplo, por sexo, idade, direção e sentido dos fluxos etc.) poderia ser considerada fidedigna, os valores absolutos mostraram-se muito distantes da realidade apresentada pelo Censo 2000. Assim, considerando que a última fonte é, sem dúvida, a melhor e mais confiável para questões populacionais e que, para 1999, a PNAD usou uma projeção baseada ainda no Censo 1991 – portanto, defasada como, de fato, mostrou o Censo 2000 –, considerou-se a melhor alternativa utilizar os dados daquele censo como fonte de comparação.

Tal procedimento parte do princípio que a proximidade com um censo faz das projeções utilizadas para expandir a PNAD 2004 muito confiáveis e talvez, próximas da realidade, o que tornaria aceitável a comparação sugerida.

2. TENDÊNCIAS GERAIS DA REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL: O QUE MOSTRARAM OS CENSOS DEMOGRÁFICOS ATÉ 2000

Os dados do Censo Demográfico de 1991 e de 2000 revelaram um decréscimo generalizado no crescimento demográfico das regiões brasileiras, fruto não apenas da queda da fecundidade (de cerca de quatro filhos por mulher em 1980, passa para 2,3 no momento atual), mas também de alterações significativas nas tendências migratórias.

Para o conjunto da população nacional observa-se que de uma taxa de crescimento correspondente a 3,05% a.a. no período 1950-1960, o país passou para 2,48% a.a. nos anos 70, diminuindo para 1,93% a.a. no período 1980-1991. No período 1991-2000 a taxa de crescimento da população brasileira chegou a 1,62% a.a. (Tabela 1).

Tabela 1. Taxa de crescimento médio anual por Grandes Regiões
Brasil, 1940/2000

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de crescimento médio anual					
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Brasil	2,35	3,04	2,89	2,48	1,93	1,62
Norte	2,30	3,40	3,47	5,02	3,85	2,86
Nordeste	2,23	2,12	2,40	2,16	1,82	1,31
Sudeste	2,11	3,11	2,67	2,64	1,76	1,61
São Paulo	2,40	3,50	3,30	3,50	2,02	1,79
Minas Gerais	1,50	2,33	1,49	1,54	1,48	1,42
Sul	3,19	4,14	3,45	1,44	1,38	1,42
Paraná	5,61	7,16	4,97	0,97	0,93	1,40
Centro-Oeste	3,30	5,45	5,60	3,99	2,99	2,38

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000.

Quanto ao crescimento da população regional, a Região Norte destacou-se no período 1980-1991 por apresentar a taxa de crescimento da população mais elevada (4% a.a.), demonstrando a importância da fronteira agrícola nos anos 80 como canalizadora de importantes fluxos migratórios para as áreas rurais, particularmente para os Estados de Rondônia e Pará. Essa região também ganhou peso relativo na distribuição de sua população no total do país: respondia por 4,43% da população nacional em 1970, passando para 5,57% em 1980, e alcançando 6,53% em 1991.

O enorme crescimento populacional da Região Norte esteve condicionado, sem dúvida, aos fluxos migratórios que para lá se dirigiram do final da década de 70 até meados da década de 80. Entretanto, como aponta Martine (1994), o ímpeto de ocupação da Região reduziu-se significativamente coincidindo com o fim de programas e subsídios governamentais, além de dificuldades operacionais e tecnológicas para desenvolver a Região. De fato, no período 1991-2000, a taxa de crescimento da população do Norte diminuiu para 2,62% a.a., apesar de ser ainda a mais elevada entre as regiões.

No período 1980-1991, as Regiões Nordeste e Centro-Oeste registraram taxas de crescimento da população (1,82% a.a. e 2,99% a.a.,

respectivamente) superiores às das Regiões Sudeste (1,76% a.a.) e Sul (1,38% a.a.).

No caso da Região Nordeste, a constituição de algumas “ilhas de produtividade” (Pacheco, 1998) com o dinamismo ligado ao Pólo Petroquímico de Camaçari (no Estado da Bahia), a implantação de novas plantas industriais em Estados como Ceará, Pernambuco e Bahia, as atividades turísticas, a agricultura irrigada para exportação, o emprego público etc., ampliaram e diversificaram a estrutura econômica nordestina. Sendo assim, contribuíram tanto para a absorção de uma população que potencialmente migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno, oriundos principalmente do Sudeste (Cunha e Baeninger, 2005, Cano, 1998).

Nota-se, no entanto, que nos anos 90 o crescimento demográfico nordestino teve uma das quedas mais pronunciadas do país. Como se verá, coincide com um recrudescimento de sua emigração, fato, aliás, já prenunciado por Cano (1998) ao reconhecer a redução dos impactos dos investimentos do II PND, além das crises na produção industrial, do setor público, em particular, nas maiores aglomerações. Não se pode esquecer, contudo, que a queda da fecundidade também contribuiu para o processo.

Outro elemento que não se pode deixar de considerar seriam os efeitos que certamente tiveram a ampliação da aposentadoria rural a partir da promulgação da Constituição de 1988 e, mais recentemente, os efeitos das políticas de transferência de renda ativadas no governo passado e que, no governo atual, ampliou-se ainda mais. Nesse caso, seriam necessários maiores estudos para avaliar em que medida tal impacto foi suficientemente grande para reduzir as evasões demográficas, em particular do agreste e sertão nordestino.

Considerando a Região Centro-Oeste, o crescimento populacional relativamente elevado observado no período 1980-1991 esteve condicionado a sua situação de fronteira agrícola, à dinamização das atividades agropecuárias voltadas para o complexo grãos/carne e também ao importante efeito das atividades de garimpo, que tiveram forte ação no processo de ocupação regional no final de meados dos anos 80 até começo dos 90. Contudo, como se percebe na Tabela 1, esse mesmo desempenho não foi repetido nos anos 90, uma vez que vários dos condicionantes de ocupação anteriores – como subsídios governamentais para o processo de colonização e a atividade garimpeira – já não mais estavam presentes.

Quanto ao crescimento da Região Sudeste percebe-se que, nos anos 90, sua taxa de crescimento demográfico continuou em queda, muito embora em ritmo bem inferior ao observado nos anos 80, certamente em função da menor redução relativa da fecundidade e da migração. Há que se notar que, como sustenta Pacheco (1993), foi essa a Região que mais sofreu os impactos do processo de reestruturação e desconcentração produtiva, uma vez que, particularmente no caso do Estado de São Paulo, detinha parcela significativa de produção e emprego industrial.

Para a Região Sul o período 1980-1991 apresentou a menor taxa de crescimento populacional (1,38% a.a.), refletindo, em grande medida, sua taxa negativa de crescimento da população rural (-2,0% a.a.), devido ao grande êxodo rural do Paraná, que se iniciou nos anos 70 e se estendeu aos 80. Contudo, no período subsequente, 1991/2000, a Região Sul apresentou uma significativa recuperação de seu crescimento demográfico, refletindo os efeitos do desempenho da atividade industrial, particularmente no caso do Paraná que foi beneficiário importante do processo de desconcentração da indústria nacional e de Santa Catarina, em particular na Região de sua capital. Como mostraram os dados, de fato esse último Estado, após duas décadas de crescimento demográfico pífio, recupera-se significativamente nos anos 90.

Pelo menos até os anos 70, impulsionada pela intensa imigração, a Região Sudeste e, em particular, o Estado de São Paulo, cresceram a taxas significativamente maiores que o país, fato que já não se observou nos anos 80 e 90. A contrapartida para essa situação pode ser percebida pelo comportamento das taxas de crescimento das Regiões historicamente “fornecedoras” de migrantes, como o Paraná, Minas Gerais e o Nordeste. Nesses casos, constata-se que a diminuição das taxas de crescimento da população foi bem menor que no Sudeste ou mesmo no Brasil, o que mostra que a emigração sofreu uma significativa redução (Cunha e Baeninger, 2000). Contudo, isso não significa que a evasão demográfica dessas áreas tenha se esgotado, haja vista que as taxas de crescimento registradas para os anos 80 foram ainda muito baixas (Tabela 1).

Por outro lado, o crescimento demográfico acima da média nacional apresentado pelas Regiões Norte e Centro-Oeste mostra que, ainda nos anos 80 e 90, essas áreas registraram saldos migratórios positivos, que certamente foram mais importantes na primeira Região, em especial em Estados como

Roraima, Amapá e Amazonas que ainda cresciam na última década a taxas elevadas da ordem de 4,6%, 5,8% e 3,3% a.a., respectivamente.

Os diferentes ritmos de crescimento da população brasileira regional revelam que a partir dos anos 80 ocorreram significativas mudanças no quadro migratório nacional, algumas já esperadas em função de tendências passadas, como o caso da fronteira e a recuperação da Região Sul, e outras, se não surpreendente, no mínimo, merecedoras de uma mais longa e ampla reflexão.

Em estudo anterior (Cunha, 2003) pôde-se mostrar, por um lado, que ao longo de três décadas (70, 80 e 90) houve um incremento significativo da migração interestadual. De fato, enquanto o volume de migrantes residentes há menos de dez anos na UF onde foi recenseado⁴, no Censo de 70 alcançou a cifra de 9,6 milhões de pessoas – essa cifra subiu para quase 12,5 milhões no Censo de 2000. Ou seja, observou-se no período um incremento de cerca de 30% nos deslocamentos populacionais entre os Estados brasileiros.

Contudo, mais importantes que o simples incremento da mobilidade populacional, já que há que se considerar que a população como um todo também cresceu em número, foram algumas modificações nos comportamentos dos fluxos migratórios. Assim sendo, o estudo mencionado enumera como relevantes as seguintes tendências ao longo do período 1970/2000:

1. A redução significativa das perdas populacionais de Estados historicamente emissores de migrantes como Minas Gerais e Paraná;
2. O importante recrudescimento da emigração em vários Estados do Nordeste, particularmente Bahia, Piauí, Maranhão e Alagoas; nos demais chama também a atenção a manutenção dos patamares de perdas demográficas dos anos 80;

⁴ Aqui vale um esclarecimento de ordem metodológica. Visando uma perfeita comparação entre os dados analisados dos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000, o estudo mencionado utilizou, para efeitos de mensurar a migração, a informação relativa ao quesito conhecido como “última etapa” que pergunta sobre a UF de residência anterior do indivíduo. No entanto, essa não será a informação básica a ser utilizada no presente texto que optou por captar os migrantes de outra maneira, ou seja, a partir da pergunta sobre a residência em uma data fixa (no caso cinco anos antes do levantamento). Essa escolha se deve principalmente ao fato de que, a partir dessa informação, pode-se melhor precisar os períodos de migração e, portanto, obter melhores estimativas, por exemplo, de saldos migratórios. Sobre as diferenças entre as várias formas de mensurar a migração a partir dos dados censitários ver, por exemplo, Carvalho e Rigotti, 2004.

3. Em certo sentido como contrapartida do anterior, o incremento, nos anos 90, do volume de imigração registrado no Sudeste, não apenas em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e Minas Gerais;
4. O aumento da imigração também se observa no Centro-Oeste, processo, contudo, visivelmente “desconectado” da fronteira agrícola, tendo em vista que tal comportamento deve-se muito mais ao desempenho do Distrito Federal e Goiás; no caso do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a tendência dos anos 80 de redução da imigração mantém-se; ainda nos dois casos, a emigração do decênio 1990/2000 manteve os patamares elevados atingidos na década anterior, o que mostra a continuidade de um processo de desaceleração da ocupação da fronteira nesses estados;
5. Finalmente, a Região Sul destaca-se pela significativa recuperação dos volumes de imigração dos seus três Estados, acompanhado por uma redução ou certa estabilização das perdas populacionais.

Das tendências que mais chamaram a atenção poder-se-ia destacar o caso do recrudescimento da migração nordestina justamente num momento em que as grandes transformações produtivas no país levavam a apostar num arrefecimento desse tipo de migração. Neste particular vale lembrar reflexões como as de Cano (1995):

“Sob o ponto de vista do nosso processo de urbanização, os efeitos da reestruturação produtiva sob a égide de políticas neoliberais serão igualmente danosos e complexos para a economia e a sociedade brasileiras. Com a reconcentração industrial e com a falta de empregos pouco qualificados que surgiria, os fluxos migratórios inter-regionais, notadamente os originários do Nordeste e de Minas Gerais e orientados principalmente para São Paulo, diminuiriam ainda mais, fazendo com que os migrantes do mundo rural deveriam ter guarida nas cidades médias e grandes da própria periferia nacional” (p. 131).

De fato, tendo em vista a inequívoca redução das alternativas nas áreas de fronteira agrícola e os impactos da crise econômica dos anos 80 e o processo de reestruturação produtiva sobre o aparato industrial, especialmente do Estado de São Paulo, era de se esperar uma redução dos movimentos populacionais interestaduais.

Na verdade, se por um lado o “fechamento” das fronteiras significou o estreitamento das possibilidades de redistribuição espacial da população no país, por outro lado, os processos de reestruturação econômica tiveram implicações decisivas na geração de emprego (e, por conseguinte, no crescimento do desemprego), na deterioração das relações de trabalho (Dedecca e Baltar, 1999) e, conseqüentemente, nas possibilidades concretas de absorção dos migrantes, inaugurando o que Faria (1992) chamou de período de “mobilidade travada”. Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se incluir as hipóteses de Pacheco (1993) para quem “o bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado um menor migração em direção às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno” (p. 22).

Também a relativa desconcentração industrial para Estados como Minas Gerais e Paraná, o crescimento da agricultura e agroindústria no Centro-Oeste, e a conseqüente “urbanização da fronteira agrícola”, também foram fatores que contribuíram para o redirecionamento de certos fluxos migratórios⁵.

3. MIGRAÇÃO INTERESTADUAL NOS ANOS 2000: AS NOVIDADES (OU CONTINUIDADES) TRAZIDAS PELA PNAD 2004

Com relação às tendências delineadas pelas análises dos Censos de 1980, 1991 e 2000 e sucintamente mencionadas acima, os dados derivados da PNAD 2004 mostram-se muito interessantes na medida em que revelam importantes e intrigantes mudanças no panorama da migração no país.

3.1. AS FACES DA MIGRAÇÃO INTERESTADUAL NO BRASIL: IMIGRAÇÃO, EMIGRAÇÃO E FLUXOS MIGRATÓRIOS.

Ao menos no que se refere aos fluxos migratórios estabelecidos entre os Estados, a Tabela 2 mostra mudanças tanto no volume desses (e, portanto, intensidade já que a população é maior), como no panorama das principais áreas de atração e expulsão demográfica no Brasil.

Percebe-se que o volume de migrantes (pessoas que residiam em uma outra UF cinco anos antes do levantamento) em 2000, da ordem de 5,2

⁵ Uma discussão mais detalhada sobre as transformações econômicas no Brasil nas últimas décadas, bem como seus impactos sobre o processo de urbanização pode ser encontrada em Ipea/IBGE/Nesur, 1999.

milhões, reduziu-se para algo em torno de 4,8 milhões, ou seja, um decréscimo de pouco mais que 7%⁶. Muito embora tal redução possa ser encarada como pouco significativa, sobretudo tendo em vista os erros amostrais envolvidos nestas estimativas, o que mais chama a atenção é o fato delas virem acompanhadas de mudanças no comportamento de várias Regiões e ou Estados. Tais modificações serão avaliadas a partir de três indicadores: o volume de imigração, emigração e da migração líquida (ou saldo migratório).

Tabela 2. Volumes de imigração, emigração e saldo migratório por unidades da Federação Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

Unidades da Federação	Volumes segundo períodos quinquenais (*)					
	1995/2000			1999/2004		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
Rondônia	83.325	72.734	10.591	50.228	55.239	-5.011
Acre	13.635	16.069	-2.434	15.087	13.212	1.875
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.918	52.928	11.990
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.706	13.325	25.381
Pará	182.045	234.213	-52.168	239.495	187.426	52.069
Amapá	44.582	15.113	29.469	34.399	18.281	16.118
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.530	112.004	-29.474
Norte	556.393	493.680	62.713	525.363	452.415	72.948
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092
Piauí	88.736	140.815	-52.079	121.212	113.952	7.260
Ceará	162.926	186.709	-23.783	143.418	120.574	22.844
R.G.Norte	77.917	71.286	6.631	74.898	37.284	37.614
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	141.492	95.857	45.635
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	182.574	204.868	-22.294
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585
Bahia	250.572	517.930	-267.358	294.385	378.618	-84.233
Nordeste	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.266.064	1.338.095	-72.031
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	437.598	398.460	39.138
Espírito Santo	129.169	95.149	34.020	109.480	108.669	811
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45.526	178.694	255.653	-76.959
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	873.624	978.689	-105.065
Sudeste	2.120.563	1.662.152	458.411	1.599.396	1.741.471	-142.075
Paraná	297.308	336.998	-39.690	286.023	271.182	14.841
Santa Catarina	199.651	139.665	59.986	222.972	139.268	83.704
Rio Grande do Sul	113.395	152.891	-39.496	120.163	146.372	-26.209
Sul	610.354	629.554	-19.200	629.158	556.822	72.336
Mato Grosso do Sul	97.709	108.738	-11.029	95.315	97.271	-1.956
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	199.291	81.011	118.280
Goiás	372.702	169.887	202.815	319.365	168.574	150.791
Distrito Federal	216.200	188.551	27.649	159.880	199.982	-40.102
Centro-Oeste	852.908	590.902	262.006	773.851	546.838	227.013
	5.196.142			4.793.832		

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

(*) Desconsidera imigrantes estrangeiros ou do Brasil sem UF especificada.

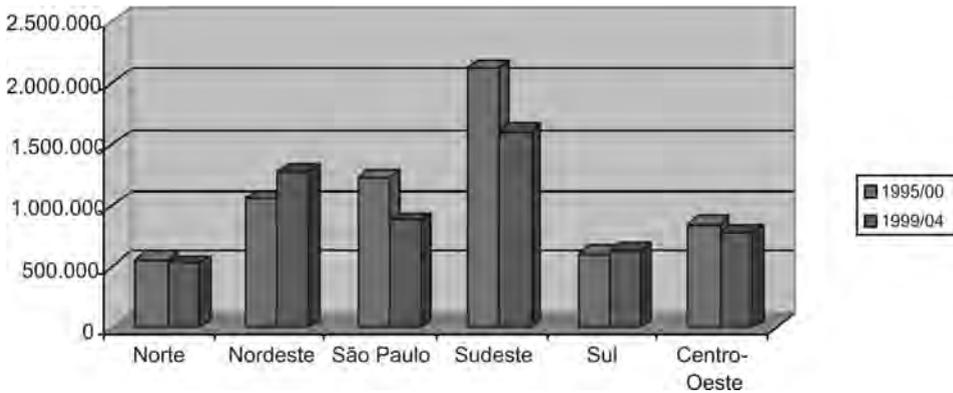
⁶ É bom novamente lembrar que nesses volumes não são captados as crianças menores de cinco anos.

No caso da imigração, o que mais salta à vista é a redução, esta sim expressiva, dos volumes apresentados pelo Sudeste, em especial, por São Paulo: cerca de 29%; no último caso, depois de registrar aproximadamente 1,2 milhões migrantes no quinquênio 95/00, São Paulo passa a receber, no quinquênio seguinte, 870 mil. Em contrapartida e, como se verá, não por acaso, o Nordeste apresentou um crescimento do volume de imigrantes da ordem de 19%, sendo que os principais Estados responsáveis por tal comportamento foram Maranhão (com crescimento dos imigrantes de 79%), Rio Grande do Norte (54%), Alagoas (45%), Paraíba (39%) e Bahia (17%), muito embora esse último Estado, juntamente com Maranhão e Paraíba, tenham sido os que apresentaram maior crescimento absoluto em seus volumes.

Quanto ao Sul, Centro-Oeste e Norte, especialmente essas duas últimas Regiões, os volumes pouco variaram, não obstante a importante queda na imigração de algumas UFs como o Distrito Federal (26%), Rondônia (40%), Amazonas (27%) e Amapá (22%). É interessante notar que essas UFs têm em comum o fato de terem se destacado como algumas das principais áreas de atração populacional nos anos 80 e 90. Particularmente, nos casos do Amazonas e Amapá, ao longo dos anos 90 tudo indicava que esses Estados estariam se configurando como as mais novas áreas de expansão das fronteiras brasileiras, condição que parece não estar sendo corroborada pelos dados da PNAD 2004. Na verdade, a única área que, segundo os dados aqui analisados, poderia ainda ser configurada dessa forma é o Pará, já que, no período 2000/2004, teve incrementada a sua imigração em mais de 30%. Esse fato reforça a tendência de intensa ocupação desse Estado, em especial de sua porção Sul, observada na década anterior.

O Gráfico 1 resume as tendências apontadas anteriormente com relação à imigração registrada nas Regiões brasileiras.

Do lado da emigração (ou seja, as perdas populacionais) experimentada por cada um dos Estados brasileiros, percebe-se que sofreu uma significativa redução nos Estados historicamente emissores de população como os do Nordeste, especialmente na Paraíba e Rio Grande do Norte, onde esse volume reduziu-se em mais de 40%. De qualquer forma, ainda persistem no Nordeste estados como Maranhão e Piauí que praticamente mantiveram os níveis de perdas populacionais do período anterior. No entanto, deve-se lembrar que, tendo em vista o crescimento demográfico geral, os volumes



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

Gráfico 1. Volume de imigração por quinquênios, segundo Grandes Regiões - 1995/2004

registrados no quinquênio 1999/04 estariam representando uma queda sistemática da intensidade de emigração nos Estados nordestinos.

Contudo, é digno de nota que, mesmo em queda, os volumes de emigração no Nordeste permaneceram elevados. Nesse caso, haveria que considerar outros elementos que influenciaram a persistência das perdas demográficas mesmo em condições pouco favoráveis nas áreas “atrativas”. Em primeiro lugar, deve-se considerar os impactos de certos problemas estruturais cujas intensificações cíclicas ou sazonais podem agir de maneira mais aguda em certos momentos, como por exemplo, a seca; outro elemento diz respeito às questões fundiárias, particularmente aquela relacionada à redução da pequena propriedade que podem ter se agudizado em certas regiões⁷.

Finalmente, deve-se mencionar a crise nos moldes do ocorrido no Sudeste, que se abateu nas maiores aglomerações urbanas regionais, particularmente nas metropolitanas que, como se sabe, constituem-se em importante pontos de chegada para parte do contingente liberado no interior desses Estados. Nesse último caso, as considerações de Cano (1998) sugerem que, após um período de recuperação apoiado na maturação de investimentos e um processo de industrialização periférica, o Nordeste teria voltado a

⁷ Em trabalho recente sobre a migração em Sergipe, Oliveira (2003:64) considera a questão da modificação da estrutura fundiária como importante para se entender, ainda nos anos 90 a situação migratória estadual.

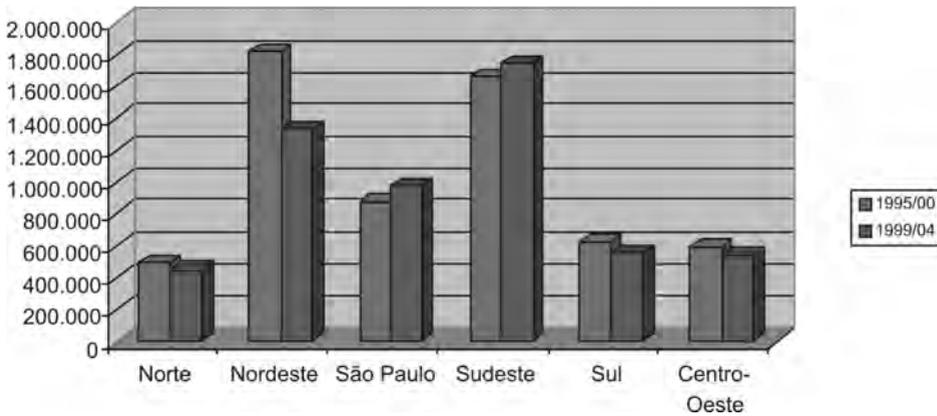
apresentar maus resultados em termos de seu crescimento econômico, o que repercutiria no seu poder de retenção em especial no caso de suas maiores aglomerações urbanas.

Nas demais regiões que reduziram suas perdas populacionais, como o Sul e o Centro-Oeste, cumpriria destacar que, enquanto o primeiro caso reflete a continuidade de um processo já detectado, na década anterior, pelo menos no Estado do Paraná; no segundo caso, os dados trazem uma novidade, sugerindo que houve certa recuperação da Região. Assim, como demonstrado por Rippel (2005), o decréscimo da emigração no Paraná estaria ligado não apenas ao progressivo “fechamento” das fronteiras no Centro-Oeste, mas também pela consolidação da RM de Curitiba como importante pólo de atração migratória. Já no caso do Centro-Oeste, percebe-se que é de Mato Grosso que vem a novidade, pois esse experimentou não apenas um aumento de sua imigração, mas uma redução de sua emigração, mostrando que o Estado parece ter recuperado parte do ímpeto de crescimento demográfico de décadas anteriores, provavelmente em função da ocupação de suas porções Noroeste e Nordeste que, como se observava nos anos 90 (Cunha, 2004), eram as principais áreas de expansão do Estado.

Em termos do incremento da emigração no país pode perceber duas situações bastante distintas: de um lado, duas unidades da Federação com características predominantemente urbanas, como Distrito Federal e São Paulo e, de outro lado, estados de perfil mais rural como são os casos de Amapá e Tocantins. No caso de São Paulo, como será mostrado a seguir, não há dúvidas que o aumento da emigração reflete a continuidade do retorno de seus antigos imigrantes, muito deles provenientes do Nordeste; no Distrito Federal, embora a PNAD não permita esse tipo de avaliação, supõe-se que, como mostrado em outros estudos (Cunha, 2002), boa parte das perdas populacionais seja fruto da expansão urbana da capital do país para o Estado de Goiás, cujos municípios vizinhos ao DF acabam se configurando como sua periferia.

Já no caso do Amapá e Tocantins não se pode ir muito mais além de algumas especulações: provavelmente, em ambos os casos, a emigração pode ter sido incentivada pelas oportunidades que estão sendo geradas no Pará, fruto do impacto das atividades mineradoras, assim como do avanço da fronteira agrícola, do desmatamento e da cultura da soja.

O Gráfico 2 permite observar a evolução da emigração nas grandes regiões brasileiras.



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

Gráfico 2. Volume de emigração por quinquênios, segundo Grandes Regiões - 1995/2004

A análise do comportamento da imigração e emigração na maioria dos casos mostra-se coerente com o que já se sabe sobre as relações existentes entre as Regiões e Estados brasileiros. Assim, embora interessante, não chega a surpreender o fato de que, concomitantemente ao aumento da emigração em São Paulo, tenha ocorrido um aumento de imigração e também uma redução de emigração nordestina. O mesmo pode ser dito com relação à redução de imigração e certa manutenção da emigração no Centro-Oeste e o inverso observado no Paraná; como se sabe, nos anos 70 e 80, essas duas últimas áreas apresentavam intensas trocas migratórias que culminaram em ganhos populacionais para o Centro-Oeste, particularmente para o Estado do Mato Grosso.

A matriz de trocas migratórias¹ entre as Regiões brasileiras apresentada a seguir deixa claro como foi o balanço dos movimentos de entrada e saída de população no período 1999/2004. Observando os dados relativos aos fluxos migratórios, dessa forma fica claro quais áreas saíram ganhando e quais perderam população no processo migratório no período de tempo considerado.

⁸ Para duas áreas determinadas, define-se “troca migratória” como o resultado da diferença entre os fluxos estabelecidos em direções contrárias (de A para B e de B para A).

**Tabela 3. Matriz de trocas migratórias (*)
Brasil, 1999/2004**

Residência em 1999	Residência em 2004						Rio de Janeiro/ Espírito Santo
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	São Paulo	Minas Gerais	
Norte	-	-86.062	23.685	3.435	2.070	-7.047	178
Nordeste		-	77.185	-4.839	-66.548	31.825	-37.098
Centro-Oeste			-	-44.749	-37.024	-14.685	-6.240
Sul				-	-79.838	-2.125	1.224
São Paulo					-	-6.137	-20.071
Minas Gerais						-	-29.147
E.Santo/R.Janeiro							-

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

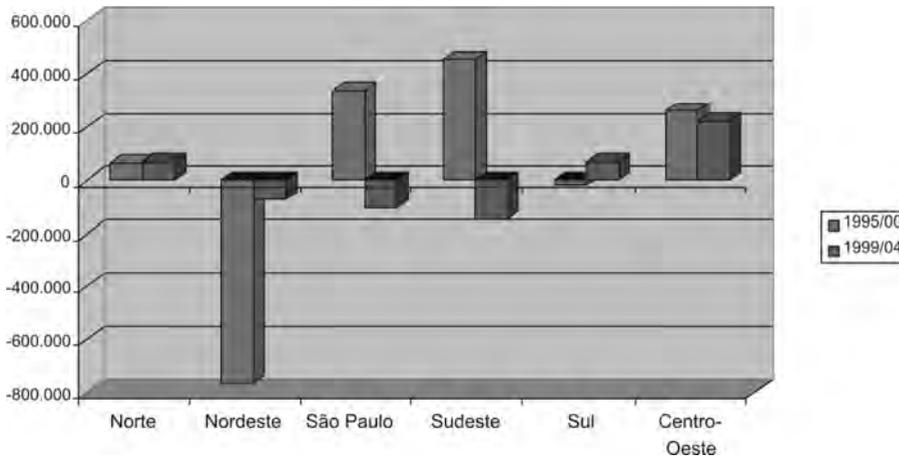
Obs: valores negativos representam perdas para as regiões dispostas nas colunas, sendo que os positivos indicam perdas para aquelas dispostas nas linhas.

Como se percebe, nos primeiros anos da década atual, no caso da Região Norte, destaca-se os ganhos populacionais que representaram as trocas migratórias estabelecidas com o Nordeste (ganho de 86 mil pessoas), fato que apenas reforça tendências passadas. Para o Nordeste, o que mais chama a atenção são, indubitavelmente, os ganhos registrados nas trocas com o Sudeste, em particular com São Paulo (algo em torno de 67 mil migrantes). Já no caso do Centro-Oeste, esse obtém ganhos com todas as Regiões brasileiras, fato indicativo de que, mesmo com muito menor intensidade, ainda se constitui em área de atração demográfica.

A Região Sul enquanto perde população, em termos líquidos, para quase todas as Regiões, apresenta ganhos expressivos nas trocas São Paulo e Minas Gerais. Digno de nota é o fato de que, no Sudeste, São Paulo aparece indiscutivelmente como o mais importante pólo de expulsão demográfica, já que não registra ganhos nas trocas com nenhuma das Regiões brasileiras; o Nordeste e Sul (esse em função especialmente do Paraná e Santa Catarina) são, sem dúvida, aquelas que mais ganham nas trocas. Embora Minas Gerais nesse período tenha apresentado perdas líquidas para boa parte das Regiões brasileiras, com exceção do Nordeste e Rio de Janeiro/Espírito Santo, essas foram bem reduzidas sugerindo que a migração teve um impacto pouco significativo em sua dinâmica demográfica, ao menos no que se refere aos fluxos interestaduais. Finalmente, Rio de Janeiro/Espírito Santo perdem população para o Nordeste, São Paulo e Minas Gerais, sendo os ganhos pouco significativos.

O resultado final das trocas regionais pode ser visto no comportamento do saldo migratório de cada uma dessas áreas. O Gráfico 3 permite a observação, deixando claro que, com relação ao último quinquênio da década de 90, pelo menos duas grandes modificações ocorreram no quadro migratório nacional: a primeira, a grande redução das perdas populacionais do Nordeste que, como já se viu, é fruto de ganhos demográficos nas trocas com o Sudeste; a segunda, e talvez a mais interessante em termos analíticos – mas que certamente tem relação com a primeira –, diz respeito à forte redução do saldo migratório de São Paulo e do Sudeste como um todo que inclusive passam a apresentar saldos negativos.

Gráfico 3. Volume de migração líquida por quinquênios, segundo Grandes Regiões – 1995/2004



Por último, não se pode esquecer de considerar que muitas das Regiões brasileiras apresentam uma grande mobilidade interna envolvendo trocas entre os seus respectivos Estados. Esses fluxos podem ser mais bem apreciados nas matrizes migratórias em anexo, contudo, vale mencionar que 35% dos imigrantes registrados no Norte tinham origem na própria Região, sendo o percentual atingido pelo Nordeste de 31%; no Centro-Oeste, 27%; no Sul, 45% e no Sudeste, 43%.

Tal resultado mostra o quanto é significativo a migração intra-regional para a dinâmica demográfica de muitas Regiões. No caso do Norte, a existência de distintas áreas de fronteira agrícola, assim como outras atividades como a garimpeira, poderia justificar esta mobilidade. De fato,

observando os fluxos migratórios estabelecidos (ver Anexo 1), pode-se perceber a existência de volumes significativos de pessoas deixando o Pará em direção ao Amazonas (e vice-versa), Roraima e Amapá, e migração do Tocantins para o Pará.

No caso do Nordeste, os volumes e fluxos estabelecidos nas intensas trocas entre Pernambuco e Paraíba, e Alagoas e Pernambuco, na migração do Piauí para o Maranhão (mais de 47 mil pessoas), da Bahia para Sergipe, de Pernambuco para Bahia, do Piauí para Ceará etc., mostram que não é possível estabelecer com muita propriedade qual ou quais os principais Estados de atração demográfica de Região, muito embora, Pernambuco parece se destacar, talvez pela influência significativa da Região Metropolitana de Recife.

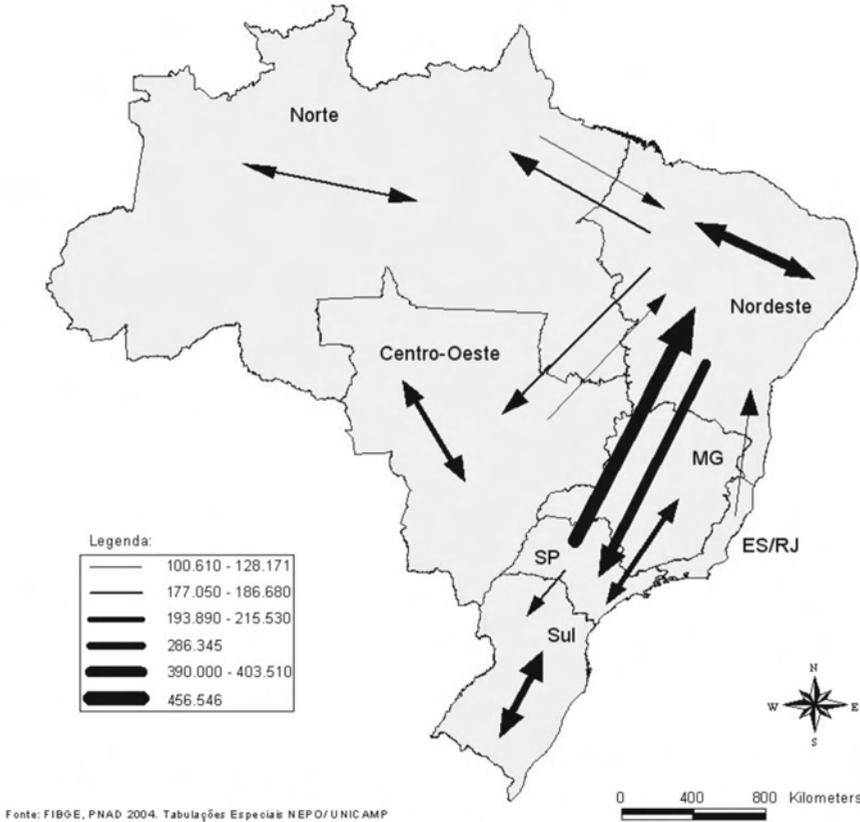
Já no Centro-Oeste a mobilidade intra-regional é bem menos significativa que nas demais Regiões, contudo, pode-se dizer que os principais fluxos estabelecidos têm como áreas preferenciais de destino o Distrito Federal (particularmente por sua relação com Goiás) e o Mato Grosso, que ainda detém a maior área de expansão de fronteira agrícola da Região.

No Sul do país também se registra um volume importante de migração intra-regional, justificada pelas trocas entre Paraná e Santa Catarina e dessa última com o Rio Grande do Sul. É interessante notar que, observando as trocas migratórias líquidas estabelecidas entre estes Estados, Santa Catarina desponta como o maior pólo de atração regional, fato que se mostra em consonância com o desenvolvimento observado no Estado.

Finalmente o Sudeste, com as trocas migratórias mais importantes envolvendo Minas Gerais e São Paulo (movimentando cerca de 400 mil pessoas nos fluxos nos dois sentidos), mostra o peso dos dois Estados não apenas na configuração da dinâmica migratória regional, mas também nacional.

O Mapa 1 apresenta de maneira esquemática as principais tendências intra-regionais observadas a partir das trocas migratórias líquidas mais significativas.

Mapa 1. Principais fluxos migratórios por grandes Regiões Brasil, 1999/2004



Fonte: FIBGE, PNAD 2004. Tabulações Especiais Nepo/Unicamp

3.2. ENTENDENDO PARTE DA MUDANÇA: O PAPEL DA MIGRAÇÃO DE RETORNO.

Em estudo recente Cunha e Baeninger (2005) já registravam a importância que a migração de retorno – entendida como a volta de pessoas para os seus respectivos Estados de nascimento – teve na dinâmica migratória brasileiras nas últimas décadas:

“Os movimentos de retorno ilustram as duas pontas complementares do processo migratório, *uma vez que mesmo com relativa retomada da emigração em vários Estados nos anos 90* (grifo meu), em particular do Nordeste, ainda assim é possível detectar um forte incremento de suas imigrações em boa medida fomentada pelo retorno de seus naturais. De fato, como se pode observar, o

volume de migração de retorno incrementou-se enormemente no país nos últimos 30 anos; na década de 90 houve incremento relativo da ordem de 221% em relação aos volumes dessa migração comparado com a década de 70. Esse elevadíssimo incremento contribuiu para que o número de pessoas retornadas a seus Estados de nascimento passasse de 1,1 milhão, nos anos 70, para quase 3,8 milhões, nos 90; esses volumes indicam a importância que nos anos mais recentes esse tipo de mobilidade – sempre presentes, porém em menor intensidade – passou a adquirir no cenário das migrações nacionais. Os dados apresentados mostram ainda que os maiores volumes de retorno foram registrados em Estados historicamente expulsos de população como os do Nordeste (em particular, Bahia e Pernambuco e Ceará), Minas Gerais e Paraná. Ou seja, percebe-se claramente que esse fenômeno espelha, por um lado, as grandes dificuldades que os migrantes enfrentam em fixar-se nas tradicionais áreas de atração migratória, como é o caso de São Paulo; por outro lado, sugerem ainda a influência do crescimento e desconcentração econômica que beneficiou certos Estados como Paraná e Minas Gerais cujas Regiões Metropolitanas passaram a atrair boa parte dos potenciais emigrantes de suas regiões mais deprimidas. Nesse sentido, *a idéia de um aumento do “ir e vir” ou intensificação de um processo de maior “circulação” de pessoas entre duas regiões ganha força (grifo meu), dada as grandes dificuldades pelas quais passaram e ainda passam os mercados de trabalho dos centros tradicionais de atração, além da redução das possibilidades nas fronteiras agrícolas.*” (Cunha e Baeninger, 2005; grifos do autor)

Além da ênfase no papel da migração de retorno, destacam-se outros dois aspectos importantes do excerto acima (ambos devidamente grifados): o primeiro deles relacionado ao fato de que os dados analisados naquele estudo (provenientes dos censos demográficos) mostravam que, para alguns Estados, teria havido um aumento de emigração, particularmente aquela direcionada para São Paulo.

⁹ Nesse sentido é exemplar o trabalho de Lyra (2003) que mostra, com muita clareza, a existência desse tipo de tendência. Os dados trabalhados pela autora dão conta de que, nos anos 80, 66,2% dos migrantes que retornaram para Pernambuco provenientes de São Paulo o fizeram para os seus respectivos municípios de nascimento. Esse percentual cresce ainda mais quando se toma em conta aquelas Regiões que sabidamente são as principais áreas de origem da emigração pernambucana. De fato, o mesmo estudo mostra que, no período 1980/90, 45% do retornado de São Paulo para Pernambuco voltavam para a Mesorregião do Agreste, sendo que para essa área nada menos do que 73% dos retornados voltavam para o seu município de nascimento.

Tal tendência parece não se configurar a partir dos dados mais recentes o que mostra quão complexa é a tarefa de se projetar o comportamento da migração em um país com tantas oscilações em suas condições econômicas e sociais. Até mesmo questões relativas aos efeitos tardios de mudanças estruturais (Pacheco e Patarra, 1998), ou dos frutos de uma maturação de investimentos (Cano, 1998) acabam contribuindo para dificultar ainda mais a tarefa de acompanhar o fenômeno migratório.

De qualquer forma, o que importa considerar é que a migração de retorno desempenhou um papel central em boa parte dos fluxos estabelecidos no país e, portanto, nas mudanças observadas. Assim, enquanto a migração de retorno, segundo a PNAD 2004, representou, no período 1999/2004, cerca de 30% dos movimentos migratórios interestaduais registrados no país (ou seja, mais de 1,4 milhões de pessoas), nas regiões historicamente de evasão demográfica esse percentual foi bem maior, como no Nordeste (51,0%), Minas Gerais (38,7%) e Sul (35,3%, sendo que para o Paraná o percentual chegou a 41,8%). Cumpre lembrar ainda que, como se mostrou, vários Estados do Nordeste, assim como o Paraná (ver Tabela 2), foram áreas que registraram as maiores reduções na emigração no período analisado em comparação com o último quinquênio da década de 90.

Os volumes de migração de retorno, assim como seu peso relativo com relação ao total de imigrantes recebidos pelos Estados, podem ser apreciados na Tabela 4.

A Tabela 5 mostra ademais que o peso do retorno foi ainda muito mais significativo em alguns fluxos envolvendo as Regiões responsáveis por grande parte da história migratória nacional contemporânea. Assim, esse fenômeno mostrou-se muito mais intenso na emigração de São Paulo e do Centro-Oeste rumo ao Nordeste e do Centro-Oeste para o Sul, ou seja, mostrando claramente tratar-se de uma modificação nas tendências passadas que apontavam os migrantes movendo-se justamente em sentido contrário.

Tal comportamento significa que, paralelamente à redução dos fluxos migratórios em direção às Regiões historicamente de atração demográfica, as quais representavam duas das principais tendências redistributivas do país (a concentração no Sudeste, em especial em São Paulo e a desconcentração para a fronteira no Centro-Oeste e Norte), parece estar ocorrendo um retorno expressivo dos antigos migrantes que tentaram a sorte naquelas áreas.

Tabela 4. Volume de imigração interestadual total e de retorno Brasil, unidade da Federação 1999/04

Unidade da Federação	Volume de imigração (*)		Percentual de retorno
	Retorno	Total	
Rondônia	4.472	50.228	8,9
Acre	2.740	15.087	18,2
Amazonas	9.180	64.918	14,1
Roraima	1.609	38.706	4,2
Pará	50.159	239.495	20,9
Amapá	3.126	34.399	9,1
Tocantins	15.718	82.530	19,0
Norte	87.004	525.363	16,6
Maranhão	86.078	180.924	47,6
Piauí	76.268	121.212	62,9
Ceará	84.178	143.418	58,7
R.G.Norte	36.044	74.898	48,1
Paraíba	71.876	141.492	50,8
Pernambuco	88.755	182.574	48,6
Alagoas	39.525	81.318	48,6
Sergipe	18.072	45.843	39,4
Bahia	145.505	294.385	49,4
Nordeste	646.301	1.266.064	51,0
Minas Gerais	169.340	437.598	38,7
Espírito Santo	23.494	109.480	21,5
Rio de Janeiro	29.234	178.694	16,4
São Paulo	164.733	873.624	18,9
Sudeste	386.801	1.599.396	24,2
Paraná	119.519	286.023	41,8
Santa Catarina	53.861	222.972	24,2
R.G.do Sul	49.027	120.163	40,8
Sul	222.407	629.158	35,3
M.G.do Sul	16.046	95315	16,8
Mato Grosso	11.547	199291	5,8
Goiás	52.424	319.365	16,4
Distrito Federal	16.647	159.880	10,4
Centro-Oeste	96.664	773.851	12,5

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)
 (*) Nos totais regionais inclui-se a migração intra-regional.

Tabela 5. Peso relativo da migração de retorno no total da imigração interestadual segundo fluxos por Grandes Regiões Brasil, 1999/2004

Região de residência em 1999	Região de residência em 2004							
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	São Paulo	Minas Gerais	ES/RJ	Total
Norte	20,9	48,2	16,7	34,1	16,0	20,3	21,4	26,7
Nordeste	7,5	29,3	4,3	25,3	5,5	21,0	8,3	14,1
Centro-Oeste	25,6	72,7	19,4	48,6	33,6	46,0	44,0	37,1
Sul	9,3	43,1	5,2	31,8	38,1	11,8	24,2	27,2
São Paulo	21,3	66,2	11,1	35,8	-	43,3	24,4	48,4
Minas Gerais	16,9	39,6	14,2	30,4	20,5	-	13,4	20,3
E. Santo/R.Janeiro	24,8	57,0	17,1	35,3	22,3	42,0	25,7	40,1
Estrang./Brasil s/espec.	48,1	36,7	21,0	51,5	61,2	64,5	30,8	47,2
Total	16,6	51,0	12,5	35,3	18,9	38,7	18,3	29,4

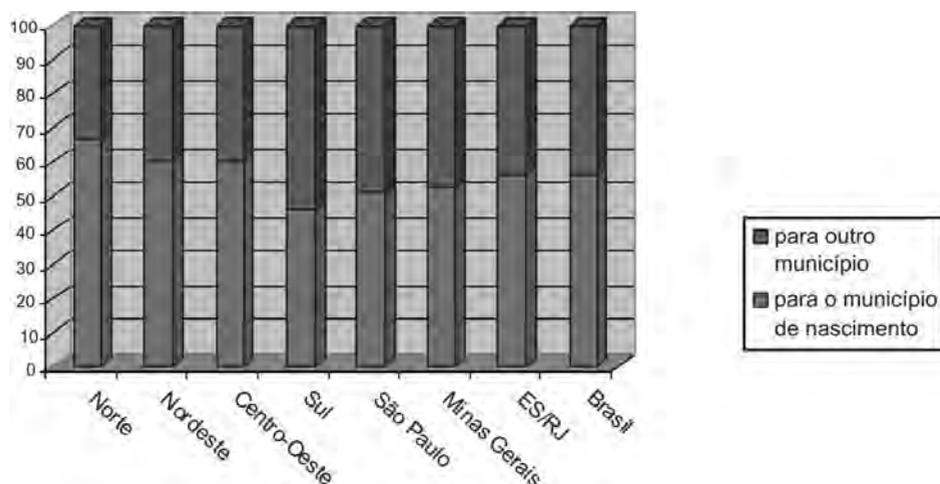
Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

No entanto, não se pode deixar de considerar que, mesmo nessas condições, ainda são muito significativos, por exemplo, os volumes de pessoas que deixam o Nordeste, ou que chegam a São Paulo ou Mato Grosso, razão pela qual, mesmo num quadro de incremento do retorno, não se pode descartar a hipótese de se estar frente a um fenômeno de grande circulação de pessoas. Tal circularidade de migrantes se justificaria não apenas pelas poucas oportunidades existentes nas tradicionais áreas de origem e pela restrita capacidade de absorção de seus maiores centros regionais, como as Regiões Metropolitanas, mas também pela crise que enfrentam os grandes centros nacionais, sendo talvez o principal deles, nesses termos, a Região Metropolitana de São Paulo¹⁰.

Uma mostra de que tais assertivas possuem alguma base de sustento empírica é o fato de que, segundo a PNAD 2004, o retorno, especialmente para o Nordeste e Norte, dá-se em sua grande maioria para os municípios de nascimento dos migrantes. Como mostra o Gráfico 4, enquanto para o país o percentual de pessoas que retorna para o seu município natal é de 56,4%, no caso das duas regiões mencionadas o percentual é, respectivamente, de 66% e 60%. Em contrapartida, para aquelas áreas que sabidamente apresentam uma RM com maior potencial de absorção, como São Paulo (apesar de toda a sua crise) e Paraná (onde a RM de Curitiba despontou nos anos 90), essas cifras são bem menores chegando à casa dos 51% e 29%, respectivamente.

¹⁰ Para um melhor desenvolvimento dessa questão ver Cunha e Baeninger, 2005.

Gráfico 4. Migração de retorno por local de destino.
Brasil e Grandes Regiões, 1999/2004



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor)

Um reflexo do fenômeno anterior pode ser percebido também no fato de que pouco mais de 41% da imigração interestadual teve como destino as Regiões Metropolitanas, percentual que se reduz ainda mais (37,7%) quando o recalculamos sem o Distrito Federal que, por suas características, tende a distorcer os resultados¹¹.

Portanto, se o retorno aumentou em volume e, sobretudo, sua importância relativa na imigração registrada por algumas regiões brasileiras, como o Nordeste, ele parece ter ocorrido menos pelo aparecimento de oportunidades nos Estados de origem, e mais pelas dificuldades de permanência nas áreas mais atrativas (fossem elas aquelas de maior desenvolvimento urbano ou áreas de fronteira). A constatação de uma volta mais concentrada para os municípios de nascimento, muitos deles localizados nas zonas mais deprimidas do país, como é o caso do agreste e sertão¹²,

¹¹ De fato, como, para a PNAD, o Distrito Federal é ao mesmo tempo unidade da Federação e uma RM, tem-se nesse caso um percentual de 100% da imigração recebida pela RM. Na verdade, como já se lembrou, o DF tem um comportamento peculiar por ter sua expansão urbana e demográfica associada ao outro Estado, no caso, Goiás.

¹² Essa e outras questões podem ser constatadas em uma interessante e detalhada análise elaborada por Lira (2004) sobre as trajetórias dos migrantes de Pernambuco.

apenas reforça a tese de um retorno por desalento ou incapacidade de inserção nos maiores centros¹³.

4. QUEM SÃO OS MIGRANTES DO SÉCULO 21?

Visando completar o presente diagnóstico sobre a situação migratória nacional apresentada pela PNAD 2004, pretende-se avaliar algumas características dos migrantes, muito embora sem a intenção de esgotar as inúmeras possibilidades oferecidas por esta fonte.

Afinal, quem migra mais, as mulheres ou os homens? Essa discussão bastante antiga nos estudos demográficos tem levado a proposições generalistas de que são as mulheres as que migram em maior volume que os homens (Ebanks, 1993). Na verdade, se, por um lado, ao observar os dados agregados, percebe-se que de fato existe uma superioridade numérica das primeiras com relação aos segundos no conjunto da migração nacional, por outro lado, essa constatação, um tanto apressada, esconde especificidades de migração por sexo que ajudariam a entender melhor os processos envolvidos.

Considere-se o caso da PNAD 2004, onde a proporção da população migrante por sexo é exatamente a mesma apresentada para a população total (48,7% de homens e 51,3% de mulheres), fato que, para além da pura coincidência, mostra que tal comportamento da migração não representa, a princípio, qualquer tipo de seletividade ou comportamento anormal já que observado também na população brasileira.

No entanto, como mostram os dados da Tabela 6, a relação entre os sexos depende não apenas das Regiões brasileiras que se considerem, mas também das direções dos fluxos estabelecidos. Dessa forma, percebe-se que, enquanto no caso de emigração, os homens são mais numerosos no Sudeste, em particular, em São Paulo, esse quadro se repete no caso dos migrantes que recebem as Regiões Centro-Oeste e Nordeste. De qualquer forma, as variações são bem pequenas.

¹³ Uma reportagem recente da Folha de São Paulo sugere uma hipótese complementar ao mostrar que o crescimento da proporção de pobres observado na RM de São Paulo, em comparação com outras RMs do país, juntamente com o maior custo de vida nesta área poderia comprometer ainda mais as possibilidades de inserção dos migrantes. Ver Folha de São Paulo de 29/01/2006, Caderno Economia (“SP ganha mais de 200 mil pobres em um ano”).

Tabela 6. Distribuição por sexo da emigração e Imigração interestadual por Grandes Regiões e da população total do país. Brasil, 1999/2004

Grandes Regiões	Emigração		Imigração	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Norte	47,4	52,6	50,0	50,0
Nordeste	47,2	52,8	50,2	49,8
Centro-Oeste	47,4	52,6	48,0	52,0
Sul	48,9	51,1	48,3	51,7
São Paulo	51,0	49,0	47,8	52,2
Minas Gerais	45,8	54,2	47,6	52,4
E.Santo/R.Janeiro	51,4	48,6	47,5	52,5
Migrantes interestaduais	48,7	51,3		
População total do Brasil	48,7	51,3		

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

No caso da distribuição etária, também cumpre avaliar o comportamento da migração interestadual a partir de sua comparação com a estrutura apresentada pela população brasileira. Assim, como se constata na Tabela 7, a parcela da população que mudou de UF no quinquênio 99/04 apresenta uma característica bastante diferenciada, na medida em que envolvem menos jovens e idosos e mais população nas idades adultas entre 15 e 49 anos.

Esse fato, há muito conhecido pelos estudiosos do tema, reflete o caráter da seletividade apresentada normalmente pela migração. Não obstante, não se deve desconsiderar que também, nesse caso, o comportamento varia segundo o contexto migratório, ou seja, as características das áreas de origem e destino dos movimentos.

De fato, considerando a análise a partir dos imigrantes, fica evidente na Tabela 6 que a distribuição etária das pessoas que chegam à Região Norte e Nordeste é muito mais rejuvenescida comparativamente àquelas que rumam para outras direções. De maneira simplificada, tal situação poderia ser explicada, de um lado, pela ocupação da fronteira no Norte (em especial no Pará, Amazonas e Roraima), e de outro lado, pela migração de retorno para o Nordeste de famílias que não lograram inserir-se nas áreas mais desenvolvidas do país.

Tabela 7. Distribuição por grupos etários (*) da emigração e imigração interestadual por Grandes Regiões e da população total do país Brasil, 1999/2004

Grandes Regiões	Emigrantes				Imigrantes			
	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +
Norte	25,7	37,7	28,7	7,8	24,2	40,8	28,3	6,7
Nordeste	20,0	49,0	24,1	6,9	23,0	35,5	31,5	10,1
Centro-Oeste	21,7	39,1	30,6	8,5	18,7	44,4	28,1	8,8
Sul	19,7	34,8	33,1	12,5	21,4	34,4	32,0	12,2
São Paulo	21,0	33,3	34,4	11,3	17,3	47,5	26,3	8,8
Minas Gerais	16,5	43,8	28,8	10,9	20,4	35,1	33,6	10,9
E.Santo/R.Janeiro	19,4	34,7	34,1	11,7	16,0	40,5	34,4	9,0
Migrantes interestaduais	20,5	39,8	30,1	9,6				
População total do Brasil	27,1	27,3	27,4	18,3				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).

(*) o dado sobre a residência em uma data fixa no passado, não permite a identificação de migrantes menores de 5 anos.

Do ponto de vista da emigração, constata-se que apenas as pessoas que deixaram o Norte apresentam um percentual de crianças bem acima da média dos migrantes do país, fato que estaria refletindo tanto o retorno de famílias para suas áreas originais de destino, como também a re-emigração, dentro da própria Região, em busca de condições mais adequadas nas demais áreas de fronteira¹⁴.

Portanto, não há dúvidas que muito embora os migrantes interestaduais no Brasil possuam visivelmente um caráter seletivo por estarem mais concentrados nas idades adultas (e, portanto, mais produtivas), existem situações, como a migração para fronteira, em que esse perfil altera-se na medida em que reflete as características de ocupação desta parte do território que favorece a migração familiar (Cunha, 2002). Tal situação não necessariamente se repete quando se observa a migração para áreas de maior desenvolvimento urbano onde, geralmente, existem uma maior percentual de pessoas sozinhas e famílias sem filhos.

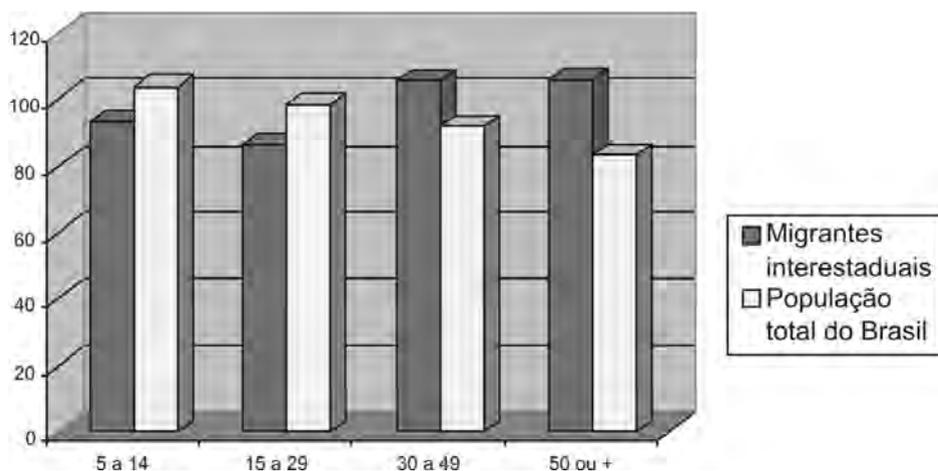
¹⁴ Deve-se lembrar que, como apontado anteriormente, a mobilidade intra-regional é importante em várias regiões brasileiras, em particular no Norte onde representa mais de um terço dos migrantes registrado nas respectivas unidades da Federação.

Uma outra forma de visualizar as especificidades do comportamento da migração por sexo e idade, e suas diferenças em termos dos contextos socioeconômicos envolvidos, refere-se à análise de razão de sexo por grupos etários¹⁵.

Se a razão de sexo (RS – quociente entre volumes de homens e mulheres) para os migrantes não difere consideravelmente daquela observada na população brasileira (94,9 homens para cada 100 mulheres contra 95,0, respectivamente), algumas diferenças significativas podem ser observadas quando se avalia esse indicador segundo grupo de idade.

Como mostra o Gráfico 5, enquanto na população total brasileira essa razão reproduz o comportamento padrão, ou seja, reduz-se progressivamente com a idade, essa sofre maiores variações no caso dos migrantes: cai consideravelmente nas idades adultas jovens para depois aumentar nas idades posteriores, em particular na população acima de 50 anos. Ou seja, a máxima de que migram mais mulheres do que homens é válida apenas em alguns contextos, como já se mostrou, mas também somente em certos grupos etários.

Gráfico 5. Razão de sexo para os migrantes interestaduais e população do país. Brasil, 2004.



Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

¹⁵ Para uma população fechada, ou seja, não afetada pela migração, esse indicador deveria partir de um valor acima de 100 nas idades mais tenras – nascem mais homens que mulheres – e apresentar uma redução à medida que a população envelhece, em função da sobremortalidade masculina.

Não seria muito complicado entender o por quê da razão de sexo estar abaixo de 100 (mais mulheres) no grupo 15 a 29 anos e acima desse valor no grupo subsequente. Uma primeira explicação seria dada pelo fato de que, no Brasil, existe um diferencial importante na idade dos casais, sendo o homem, em média, sempre mais velho. Assim sendo, quando casais (com ou sem filhos), os migrantes seriam também diferenciados sendo as mulheres mais jovens. Por outro lado, existiria uma tendência à maior migração de pessoas sozinhas quando essas são jovens.

Contudo, o mesmo não se poderia dizer sobre o comportamento da RS nas idades mais avançadas (acima de 50 anos). De fato, chama a atenção que nessas idades exista um maior volume de migrantes homens, até porque, se sabe, pela existência de uma sobremortalidade masculina nas idades mais velhas, a tendência seria observar uma redução da RS. No entanto, tal situação pode ser em parte explicada por um efeito da migração de indivíduos sozinhos retornando às origens onde deixaram a família, ou encaminhando-se para outras áreas pioneiras de fronteira. Contudo, embora plausíveis, tais hipóteses ainda carecem de validação empírica e, portanto, estudos mais aprofundados para sua comprovação ou refutação.

Percebe-se ainda pela Tabela 8 que existe uma grande variabilidade da razão de sexo por idade dependendo do contexto de origem ou destino considerado. Assim, essa razão não se encontra acima de cem (mais homens que mulheres) nas idades avançadas na emigração que parte de alguns Estados do Sudeste; o mesmo passa com a imigração recebida pelo Centro-Oeste e São Paulo. Também chama a atenção o fato de que, no grupo 30 a 49 anos, apenas os Estados do Sudeste (menos São Paulo) tenham apresentado RS de imigrantes favorável às mulheres; o mesmo pode ser dito com relação aos emigrantes da Região Norte e Minas Gerais que apresentam comportamento diferencial da média nacional. No caso de Minas Gerais a situação é ainda mais intrigante, já que em todas as idades a emigração tem um maior contingente de mulheres.

Seria temeroso buscar explicações para esses dados, tendo em vista que tal tarefa exigiria um maior aprofundamento da análise, o que foge do escopo deste trabalho. No entanto, não deixam de ser hipóteses interessantes pensar, por exemplo, que a emigração mais volumosa de nordestinas na faixa etária 30 a 49 anos poderia estar ligada ao fenômeno de recomposição familiar, ou seja, mulheres que depois de passado um período da migração de seus respectivos esposos, estariam rumando para os destinos escolhidos por

Tabela 8. Razão de sexo por grupos etários (*) para emigrantes e imigrantes interestaduais por Grandes Regiões e para a população total do país. Brasil, 2004.

Grandes Regiões	Emigrantes				Imigrantes			
	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +	5 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +
Norte	92,9	72,5	106,8	123,4	92,3	91,1	114,1	137,0
Nordeste	83,2	88,3	93,1	103,6	110,1	83,2	110,3	120,5
Centro-Oeste	90,0	74,0	111,0	103,0	80,1	88,3	107,2	96,2
Sul	87,1	90,1	103,4	108,1	86,9	80,3	107,5	114,1
São Paulo	100,0	92,1	116,9	112,7	89,0	91,2	102,3	72,3
Minas	90,0	77,6	90,0	90,6	92,8	82,6	91,2	115,0
ES/Rio Jan.	116,0	101,2	115,0	83,8	76,3	86,9	97,6	109,1
Migrantes interestaduais	93,2	86,5	105,5	105,9				
População total do Brasil	103,9	98,3	91,6	83,2				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

(*) o dado sobre a residência em uma data fixa no passado, não permite a identificação de migrantes menores de 5 anos

aqueles. No caso de Minas, que apresenta mais da metade de sua emigração direcionada para São Paulo (ver Anexo 1), provavelmente a maior incidência de mulheres jovens poderia ser impulsionada pelas oportunidades para a inserção produtiva em atividades onde as mulheres têm tido mais oportunidades como a indústria têxtil, eletrônica etc., ou mesmo nos serviços domésticos, atividades essas existentes em regiões vizinhas ao sul e oeste mineiro como Vale o Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto, e mesmo a RM de São Paulo.

De maneira a complementar a esta breve caracterização da migração interestadual no Brasil, seria interessante considerar ademais alguma variável ligada o estrato socioeconômico do indivíduo. Neste sentido, e tendo em vista as dificuldades que a renda apresenta para melhor qualificar estes estratos, não apenas pela qualidade de informação mas também pela instabilidade da mesma em tempos de reestruturação produtiva, decidiu-se considerar apenas os dados sobre escolaridade.

Sabe-se que a escolaridade da população brasileira, embora tenha apresentado uma grande evolução nas últimas décadas, ainda é bastante baixa. De fato, segundo os dados da PNAD 2004, o número médio de anos de estudo no país para a população de 10 anos e mais de idade era 6,6 anos, valor que é ainda menor no Norte (5,9) e Nordeste (5,3). Considerando

apenas as pessoas acima de 14 anos¹⁶, o valor não se modifica muito (6,9), muito embora se perceba que parte desse resultado deva-se ainda ao peso das gerações mais antigas; a população acima de 60 anos apresentava uma média de anos de estudos de apenas de 3,5 anos.

Assim sendo, e reconhecendo que boa parte da migração nacional é realizada pela população que vive nas áreas de menor desenvolvimento do Brasil (lembre-se que quase 49% dos migrantes registrados tiveram origem nos Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste), não é de se espantar que boa parte desses indivíduos também apresente uma baixa escolaridade.

Esse fato fica evidente na Tabela 9, ainda que os migrantes interestaduais claramente representem uma subpopulação relativamente mais educada que a média nacional. Isso porque esse subgrupo, além de apresentar um percentual bem menor na categorias “menos de 1 ano”, também possui um peso relativo maior na categoria dos mais escolarizados (mais de oito anos de estudo), não obstante o fato de apresentar uma

Tabela 9. Distribuição de emigrantes e imigrantes interestaduais e da população total do país maiores de 14 anos de idade por anos de estudo. Brasil, 2004

Grandes Regiões	Anos de escolaridade							
	Emigrantes				Imigrantes			
	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 ou mais	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 ou mais
Norte	7,8	11,7	26,6	54,0	9,3	12,8	29,5	48,4
Nordeste	11,5	11,5	32,2	44,7	12,3	13,5	30,9	43,2
Minas Gerais	6,7	9,4	24,2	59,7	6,7	7,6	30,1	55,6
ES/RJ	8,1	8,4	25,7	57,8	7,0	8,8	19,3	64,8
São Paulo	9,2	11,4	31,6	47,8	7,9	7,8	29,5	54,8
Sul	4,9	7,4	26,4	61,3	4,7	7,8	26,0	61,5
Centro-Oeste	5,5	9,2	29,6	55,7	6,1	10,1	29,0	54,8
Migrantes interestaduais	8,3	10,2	28,7	52,7				
População total do Brasil	12,4	12,0	27,8	47,8				

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (tabulações especiais do autor).

Obs: não considera sem declaração de escolaridade

¹⁶ Na verdade, no caso do cálculo de anos de escolaridade, a inclusão das crianças prejudica a análise, na medida em que ainda não possuem idade suficiente para alçarem uma maior escolaridade. Dessa forma, considerar a população maior de 14 anos, ou seja, em condições de terem terminado o ensino fundamental, torna a análise mais realista.

concentração ligeiramente maior na faixa do que se poderia chamar de “primário incompleto” (1 a 3 anos).

Na verdade, não se pode esquecer do fato, já analisado, de que os migrantes, por serem mais seletivos, são mais rejuvenescidos que a população total brasileira, apresentando menor proporção de cortes de idosos (vide Tabela 7), cujas contribuições, como se comentou, ainda pesam sobremaneira para a redução da média nacional de anos de estudo. Além disso, o fato de terem em sua composição etária um percentual menor de crianças também contribui para a melhoria de sua escolaridade média. Esse efeito, chamado de “efeito idade” na demografia, geralmente não é tomado em conta quando da comparação do perfil dos migrantes e não-migrante¹⁷.

Mesmo com essa ressalva, o que fica claro é que mais da metade dos migrantes que realizam movimentos interestaduais no país apresentam pelo menos o nível fundamental completo, sendo o peso dos menos escolarizados (máximo três anos de estudo) bem reduzido.

Do mesmo modo que nas variáveis anteriores, também nesse caso o perfil do migrante varia segundo o contexto migratório considerado. É o que ocorre com a migração (seja imigração ou emigração) envolvendo o Nordeste, que mobiliza pessoas de muito mais baixo nível educacional, uma vez que apresenta maior concentração na categoria com “menos de três anos” de estudos e peso relativo bem menor no grupo com escolaridade “acima de oito anos”. Acredita-se ser desnecessário uma explicação para esse fato, tendo em vista o que já se comentou neste texto com relação à posição e papel do Nordeste no contexto nacional.

Um contraponto a esse comportamento se percebe na migração no Sul, onde se registra um perfil de migrante bem mais escolarizado. Na verdade, nesse caso, o fato de muitos dos fluxos terem como destino o Paraná (em especial da RM de Curitiba) e Santa Catarina, muitos dos quais gerados na própria Região, pode favorecer, pelo perfil dessa área do país, uma mobilidade de pessoas de melhor condição socioeconômica.

É interessante notar que de São Paulo também saem migrantes cujo perfil mostra-se ser de mais baixa escolaridade, o que faz sentido, sobretudo,

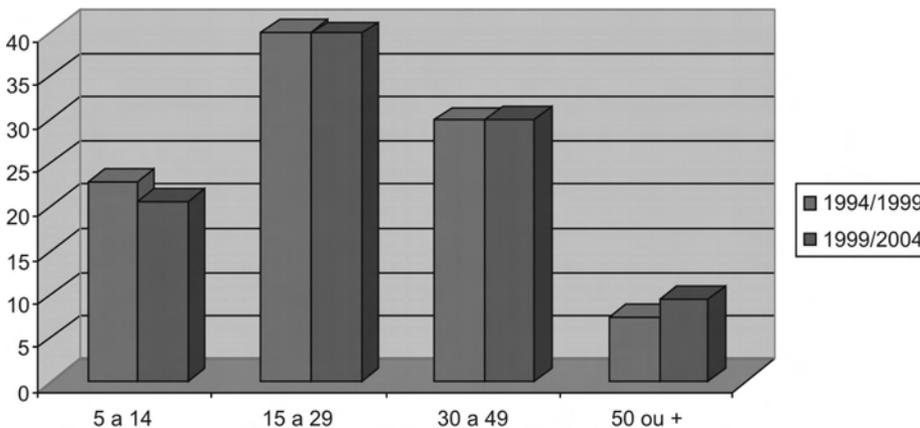
¹⁷ Formalmente, o ideal teria sido padronizar as estruturas etárias de migrantes e não-migrante (ou da população do Brasil) para que tal efeito fosse mais bem computado. No entanto, a observação das distribuições etárias, bem como resultados de outros estudos como o Lyra (2003) tornam desnecessária essa tarefa adicional.

se se lembra que parte significativa de emigração do Estado está composta por migração de retorno, da qual, boa parte, se dirige para o Nordeste.

Comparativamente ao que foi observado na década anterior, dados semelhantes computados através da PNAD 99¹⁸, mostram que as variações de perfis foram pequenas e, quando ocorreram como se verá, estiveram dentro do esperado.

No caso da estrutura etária, o Gráfico 6 mostra que as pequenas diferenças apresentadas pelos migrantes registrados em 1999 em comparação com 2004 ocorreram nas idades extremas, fato totalmente dentro do esperado, uma vez que no período houve, de fato, um envelhecimento da população brasileira. Apenas para se ter uma idéia, no Brasil a população menor de 14 anos que em 1999 representava ao redor 29,5%, reduziu sua participação passando a 27,1%, ou seja, cerca de dois pontos percentuais – mais ou menos a mesma redução apresentada pelos migrantes.

Gráfico 6. Migrantes interestaduais por grupos etários.
Brasil, 1994/1999 e 1999/2004



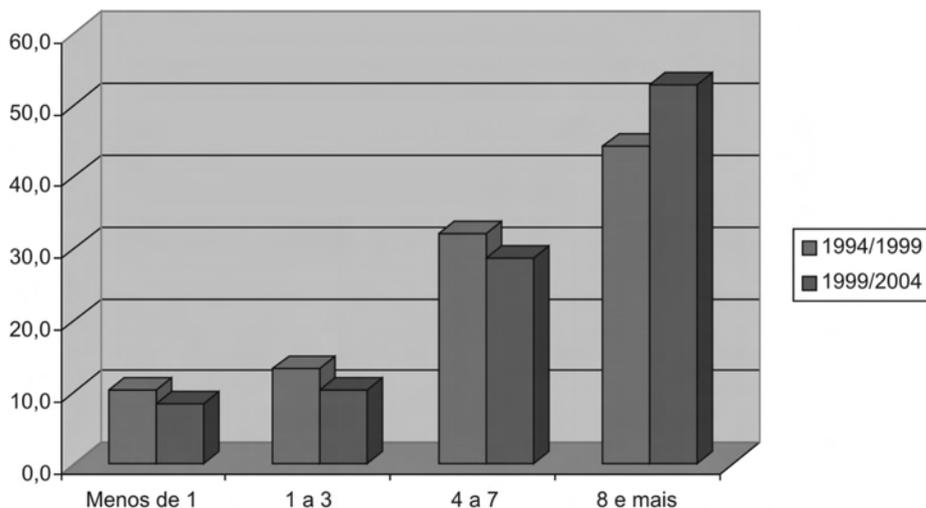
Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor)

¹⁸ Ao contrário do adotado em todo o texto, nesse caso utilizou-se como base de comparação a PNAD 99, por se tratar de informações que diziam respeito ao perfil dos migrantes que, como já mencionou, não deveriam apresentar problemas nas PNADs. Além disso, com esse procedimento trata-se de eliminar problemas nas comparações correspondentes às diferenças entre os erros amostrais das PNAD com relação ao Censo. I.

Algo semelhante passa com relação à educação. Embora o Gráfico 7 revele alguma alteração no perfil dos migrantes de um período para outro, com uma melhoria do nível de escolarização dos mesmos, essa situação tampouco se revela surpreendente pelos ganhos, em termos educacionais, apresentados pela população brasileira no período. De fato, pelos dados apresentados pode-se observar que o percentual de pessoas com mais de 14 anos de idade que apresentavam mais de oito anos de estudos subiu de cerca de 39%, em 1999, para quase 48% no ano de 2004.

Portanto, pelo menos do ponto de vista das características aqui consideradas, poucas foram as modificações nos perfis dos migrantes interestaduais, sendo que as ocorridas disseram respeito muito mais às transformações observadas na população como um todo, do que especificamente devido a uma mudança no padrão da migração nacional. Claro que ao se observar a migração regionalmente, muito provavelmente seriam captadas algumas mudanças mais significativas, sobretudo porque algumas regiões apresentaram modificações em seus comportamentos migratórios, como é o caso do Nordeste, São Paulo e Centro-Oeste. No entanto, entrar nessa discussão alongaria demasiadamente este estudo.

Gráfico 7. Migrantes interestaduais por anos de estudo.
Brasil, 1994/1999 e 1999/2004



Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor).

5. A MIGRAÇÃO E OS SEUS IMPACTOS: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O RESULTADO DO PROCESSO MIGRATÓRIO NAS REGIÕES BRASILEIRAS

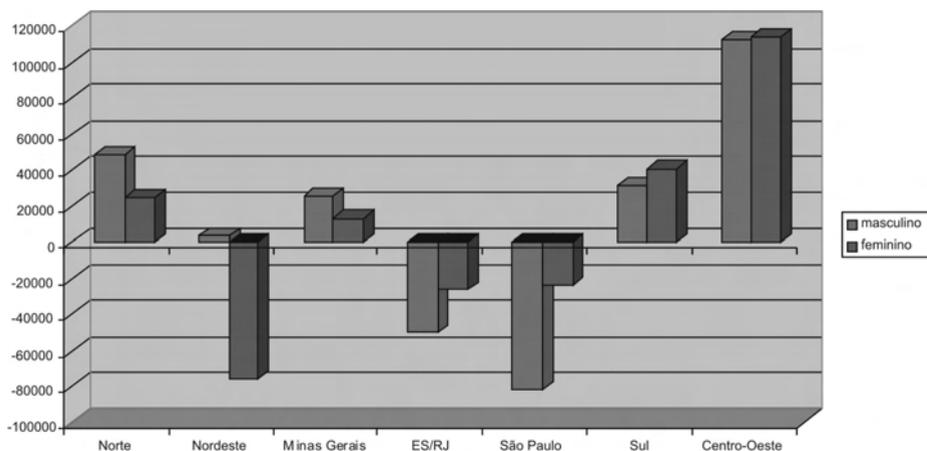
Embora não seja o objetivo principal deste estudo, a forma como foram captados os dados aqui analisados permitem, de uma forma aproximada, investigar o impacto do processo migratório sobre as regiões. Com efeito, mesmo sendo de fundamental importância analisar os fluxos de emigração e imigração para o cabal entendimento do fenômeno, não se pode esquecer que o efeito da migração – ao menos em termos quantitativos – depende, em grande medida, do balanço estabelecido entre as entradas e saídas de migrantes.

Assim como o saldo migratório (diferença entre imigração e emigração) dá conta do impacto que a migração teve sobre o crescimento demográfico regional (ou da UF), também a diferença entre os volumes de imigrantes e emigrantes segundo sexo, idade e escolaridade – dependendo, é claro, da magnitude desta – também contribuiria para alterar as características de população original.

Como fica evidente nos Gráficos 8, 9 e 10, o resultado líquido do processo migratório para as Regiões aqui consideradas foi diferenciado e, portanto, com implicações também distintas sobre as respectivas populações.

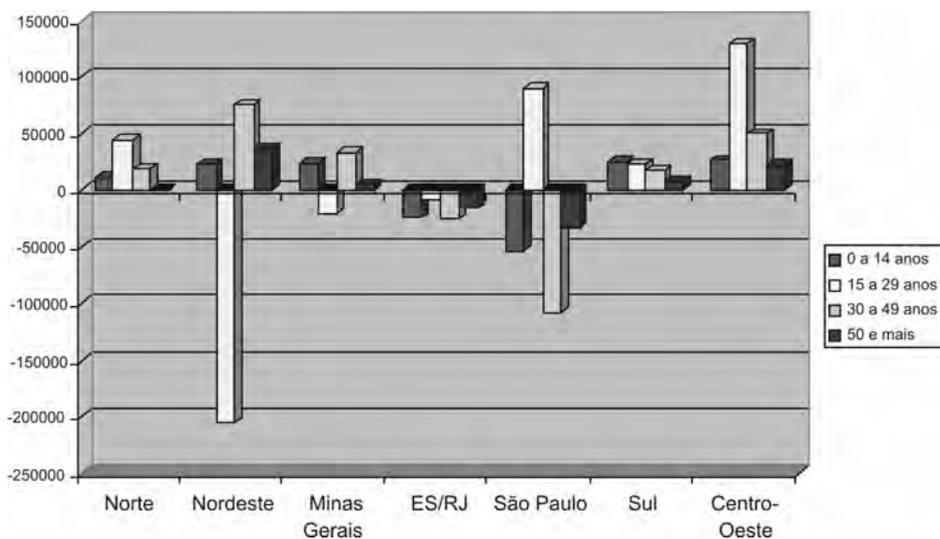
No caso da migração por sexo (Gráfico 8), o exercício realizado mostra, por exemplo, que enquanto no Nordeste o impacto foi no sentido de uma redução de mais de 75 mil mulheres em sua população, e um ligeiro incremento de homens, no Centro-Oeste os ganhos foram muito próximos para ambos os sexos, atestando uma vez mais a importância nessa área da migração familiar. No Sudeste, no entanto, as perdas aconteceram entre os homens, como no caso de São Paulo que, no período 1999/2004, como consequência da migração, perdeu mais de 81 mil pessoas desse sexo.

Gráfico 8. Saldo migratório por sexo, segundo Grandes Regiões. Brasil, 1999/2004



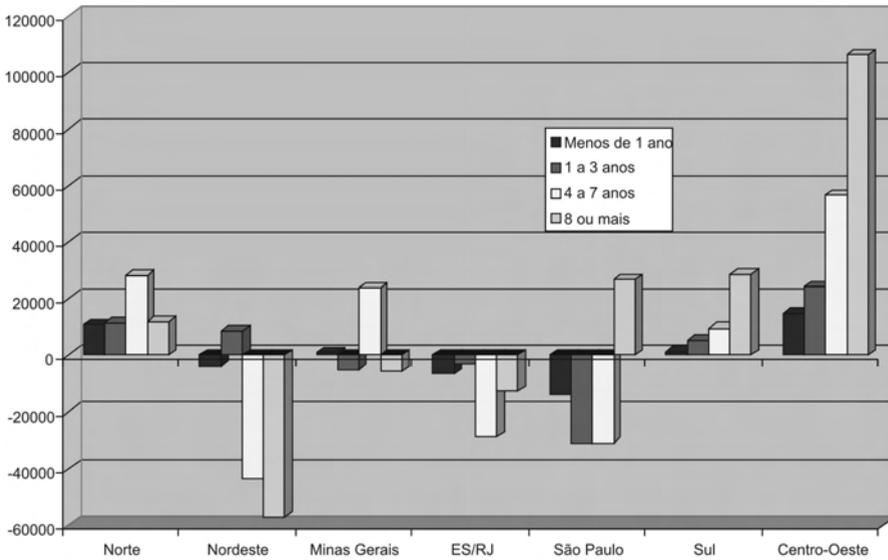
Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor).

Gráfico 9. Saldos migratórios por grupos etários segundo Grande Regiões. Brasil, 1999/2004



Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor).

Gráfico 10. Saldo migratório por anos de estudo, segundo Grande Regiões. Regiões do Brasil, 1999-2004



Fonte: FIBGE, PNAD 1999 e 2004 (tabulações especiais do autor).

No que diz respeito à idade, novamente no Nordeste percebe-se uma grande perda de pessoas nas idades adultas jovens (15 a 29 anos) e altamente produtivas; no caso de São Paulo esta perda dá-se no grupo de adultos mais envelhecidos (30 a 49 anos), muito embora presente, como uma área tipicamente de atração, ganhos nas idades mais jovens. Nos dois casos fica muito patente que a seletividade dos migrantes em relação à idade (mais concentrados nas idades produtivas) está ligada às oportunidades oferecidas (ou não) nessas áreas. Mesmo a perda populacional líquida, no grupo 30 a 49 anos, para São Paulo, mostra-se bastante coerente com o fenômeno da migração de retorno. Também no Centro-Oeste os ganhos nas idades adultas mais jovens mostram o seu poder de atração pelas oportunidades lá oferecidas. No Norte e no Sul, embora em volume bem inferior, a migração implicou no incremento em todas as idades, com uma especificidade no Sul de ter maior incremento entre as crianças.

Finalmente, no caso da variável escolaridade, os dados confirmam que as perdas populacionais do Nordeste podem afetar não apenas sua relação de sexo ou estrutura etária e, portanto, o perfil da força de trabalho, mas

também o seu capital humano. De fato, nessa Região a migração do quinquênio analisado parece ter tido impacto significativo na composição da população ao dela ter retirado, em termos líquidos, um volume importante de pessoas com maior escolaridade. Na verdade, se esse volume (57 mil para oito anos e mais de escolaridade) pode significar pouco na população como um todo, seu impacto será muito mais relevantes se se toma em conta apenas a subpopulação com esta característica.

Outra Região que chama atenção por seus ganhos de pessoas com maior escolarização é a Centro-Oeste. De fato, ali foram registrados ganhos de mais de 100 mil pessoas com escolaridade acima dos oito anos. Claro que esse dado reflete muito o peso do Distrito Federal que, por suas características de mercado de trabalho, tende a atrair pessoas de melhor nível educacional. Algo semelhante passa no Sul e em São Paulo, sendo que nesse último caso a migração interestadual claramente tem servido para melhorar o perfil educacional de sua população já que, ao mesmo tempo, perde pessoas com baixa escolarização.

Concluindo, percebe-se que mesmo tendo impactos reduzidos na população como um todo, a migração, dado sua seletividade, pode implicar em alterações das estruturas sociodemográficas, sendo que, pelos dados apresentados, essas parecem ter tido maior significância no Nordeste, Centro-Oeste e São Paulo, justamente Regiões que encerram alguns dos principais processos migratórios observados no país.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Por se tratar de um estudo preocupado eminentemente com uma descrição das principais características da migração no Brasil apresentadas pela PNAD 2004, mais que tentar fornecer interpretações para os dados observados, privilegiou-se mostrar as especificidades que o fenômeno apresentou nos primeiros anos do presente século.

De uma comparação com os dados da década passada, pode-se concluir que, não obstante a continuidade de várias tendências, algumas novidades puderam ser detectadas. Dessas, duas delas mereceriam maior destaque: a primeira delas diz respeito à migração envolvendo o Nordeste, e a segunda o Estado de São Paulo.

No caso do Nordeste, chamou a atenção não apenas a manutenção da queda de emigração e aumento da imigração, essa última muito influenciada

pelo retorno que continuou volumoso, mas também o que parece ter sido uma interrupção do recrudescimento da emigração em alguns dos seus Estados, em particular, a Bahia, fato que havia sido sugerido pelos dados do Censo 2000.

No que tange a São Paulo, talvez o mais surpreendente tenha sido constatar que o Estado passou, nos anos 2000, a apresentar uma migração líquida negativa, ou seja, um volume maior de emigração que imigração. Se tal situação já se observava na Região Metropolitana de São Paulo (Perillo, 2002), não deixa de ser significativo que o Estado como um todo também passe a experimentar essa condição. Na verdade, se esse fato chama a atenção pelo valor negativo do saldo migratório, não se pode perder de vista, no entanto, que a perda de poder atrativo do Estado já se vinha configurando há muito mais tempo. Talvez agora os dados mostram com mais eloquência e cruze os efeitos nocivos de mais de uma década de crescimento econômico pífio e de muitas outras de crescimento da desigualdade social e regional.

Claro que existe uma estreita relação entre o comportamento de São Paulo e a dinâmica migratória do Nordeste, Minas Gerais e Paraná, sendo esses dois últimos, Estados que recuperaram significativamente seus poderes de retenção demográfica. Nesse quadro, a migração de retorno, como se mostrou, teve um papel importante.

Nos demais casos, como o Centro-Oeste e Norte que, nos anos 90, ainda se apresentavam como destinos alternativos para os migrantes em função, sobretudo, de suas áreas de fronteira agrícola, os dados de 2004 acabam atestando uma certa continuidade dessa condição. Contudo, tal tendência não é generalizada, sendo observada mais especificamente nos Estados do Pará e Mato Grosso, uma vez que em áreas tradicionalmente de imigração, como Rondônia, a tendência apresentada foi de redução do volume de imigração. É importante lembrar que Mato Grosso já não apresenta o poder de atração de outros momentos, como a década de 80, porém destaca-se a manutenção de um volume significativo de migrantes recebidos; provavelmente, a dinâmica de suas porções Nordeste e sobretudo Noroeste seriam as responsáveis por esse desempenho.

Quanto às características sociodemográficas dos migrantes, os dados analisados mostraram que a migração verificada no país nos primeiros anos do século 21 era relativamente jovem, com grande concentração de população adulta de 15 a 49 anos (cerca de 70%) e apresentava um balanço

por sexo que refletia a própria composição da população brasileira. Também se pôde mostrar que o migrante era ligeiramente mais escolarizados que o brasileiro médio, mas que isso, provavelmente estaria refletindo muito mais sua seletividade em termos etários do que propriamente um diferencial com relação ao não-migrantes.

Contudo, os resultados apresentados deixaram evidente que não se pode falar de um padrão etário, por sexo ou educacional para os migrantes, uma vez que esse tende a variar significativamente dependendo do contexto migratório analisado. É o caso, por exemplo, das Regiões que englobam as áreas de fronteira onde a migração é, em grande medida, familiar, envolvendo a presença maior de crianças e, portanto, um comportamento específico da razão de sexo em função da defasagem da idade dos cônjuges.

Especificidades também foram observadas nas Regiões historicamente de evasão demográfica (como o Nordeste), onde tal condição influencia não apenas a composição etária e por sexo, com mais alta concentração de homens em idades produtivas, mas também o perfil educacional desse migrante, que se encontrava num nível bem inferior ao da média nacional. O mesmo pode dizer do perfil da migração envolvendo São Paulo: se por um lado a sua emigração era mais envelhecida e com maior presença de homens, respondendo, muito provavelmente, ao peso do retorno de migrantes mais antigos as suas áreas de origem, por outro lado as pessoas que chegavam ao Estado, da mesma forma que as que deixam o Nordeste, não por coincidência, apresentavam um perfil mais concentrado as idades altamente produtivas.

Em suma, a manutenção de muitas das características de migração da década passada, em termos dos fluxos e perfil dos migrantes, mostram que poucas novidades afloraram dos dados da PNAD 2004 em comparação com o revelado pelo Censo 2000 ou mesmo PNAD 1999. Mesmo considerando as poucas – embora relevantes – transformações ocorridas, não se poderia dizer que essas estivessem relacionadas a fatos novos, já que várias delas eram prenunciadas na década passada.

No entanto, não se pode desconsiderar o fato de que mesmo não tendo sido forjadas completamente nos anos 2000, as alterações explicitadas na dinâmica migratória nacional neste documento mostram que ainda persistem muitos dos mecanismos que, historicamente, influenciaram a migração, com o agravante de ocorrerem em outro momento estrutural onde,

particularmente, a mobilidade social encontra-se cada vez mais distante do sonho do migrante. Tal situação provavelmente se constitua uma das questões cruciais para entendermos boa parte do que aqui chamamos de circularidade da população, fenômeno que se traduz na continuidade de caudalosos fluxos e contra-fluxos, sendo esses últimos representados especialmente por pessoas que retornam uma ou várias vezes a seus lugares de destino.

Coincidentemente, próximo ao término deste texto, uma reportagem da Folha de São Paulo baseada em um estudo realizado por Sonia Rocha a partir da mesma PNAD 2004, alertou o autor para o fato de que o aumento da pobreza na Região Metropolitana de São Paulo – a qual representava, no passado, umas das mais importantes alternativas para a população migrante –, seja talvez o principal retrato das poucas possibilidades que restam àqueles (ou aquelas) que buscam sua reprodução social. Num país onde justamente nos Estados que mais “exportam” migrantes, as respectivas Regiões Metropolitanas abrigam, em média, mais de 50% de população abaixo da linha da pobreza, não se pode pensar em muitas saídas que não o perambular permanente.

A mesma reportagem mencionada lembra da importância do crescimento do emprego, da valorização do salário mínimo e, principalmente, das políticas compensatórias para reduzir a fragilidade da população, sobretudo nos contextos mais sofridos, como o Nordeste. Contudo, não se pode negar que isso ainda é muito pouco para combater e reverter a grande dívida social existente no país, dívida esta que, entre outros fenômenos, traduz-se numa enorme circulação de pessoas em nosso território, a qual está longe de representar uma verdadeira escolha de onde (e como) morar e trabalhar, escolha, aliás, facultada cada vez mais a uma pequena parcela de população.

REFERÊNCIAS

- AENINGER, Rosana. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000. (*Texto Neпо, 35*).
- BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 2000, Caxambu. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2000.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2. ed. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 2).
- CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998. (CD-ROM).
- CUNHA, Jose Marcos Pinto da. *Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso*. Campinas, 2004. (Relatório de Pesquisa). Mimeografado.
- _____. Redistribuição espacial da população no Brasil: tendências e a trajetória. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.
- _____. *A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação*. Campinas: UNICAMP, 2002.
- _____. Migração no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). *Migração e ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2002. p. 89-132.
- _____; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 18, n. 43, jan./abr. 2005.
- _____; AZEVEDO, Marta Maria. Demographic and social-cultural aspects of population mobility in Brazil. In: HOGAN, Daniel Joseph (Org.). *Population change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: Neпо/Unicamp, 2001.
- _____; DEDECCA, Cláudio Salvadori. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo-Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, v. 17, n. 1/2, 2000.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. Unpublished report.

_____; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. Campinas: IE/UNICAMP, 199-. Mimeografado.

EBANKS, E. G. *Determinantes socioeconômicos de las migraciones interna*. Santiago de Chile: Celade, 1993.

FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 33, 1992.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. *O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo-Pernambuco*. 2003. 256 f. Tese (Doutorado em Demografia)– Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.12, n. 1/2, 1995.

OLIVEIRA, Kleber F. *Dinâmica migratória em Sergipe dos anos 70 aos 90: uma análise a partir de alguns fatores estruturais*. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa Sociais e Estudos Populacionais)– Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE, Rio de Janeiro, 2003.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

_____. Evolução recente da urbanização e da questão regional no Brasil: implicações econômicas para a dinâmica demográfica. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 4., 1993, México. *Anales...* México: [s.n.], 1993.

_____. PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998.

PERILLO, Sônia Regina. *Tendências da migração no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 2002. Press release.

RIGOTTI, José Irineu. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte. 1999. Tese (Doutorado)– CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. 2005. 295 f. Tese (Doutorado em Demografia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise dos dados da PNAD 2004 visando, por um lado, apresentar as principais tendências migratórias reveladas por esta fonte de dados e, por outro, compará-las com o comportamento do fenômeno na década anterior. Assim, o texto realiza uma revisão das principais características do processo migratório dos anos 90 para depois identificar possíveis rupturas ou continuidades ocorridas na primeira metade do século 21. Além dessas análises que envolvem o comportamento dos volumes de imigração, emigração, migração de retorno etc, assim como dos fluxos e características dos migrantes envolvidos, também são apresentadas algumas considerações de ordem técnica sobre as potencialidades e limitações das PNADs como fonte de dados para o estudo da migração.

Os resultados mostram que, muito mais que mudanças, foi possível observar continuidades das tendências migratórias, em particular, do final dos anos 90. A redução progressiva da emigração do Nordeste, Paraná e Minas Gerais para São Paulo, o aumento da migração de retorno e o arrefecimento da migração para as áreas de fronteiras são alguns dos principais aspectos a se destacar.

Abstract

This article presents an analysis of PNAD data concerning 2004 to, on the one hand, introduce the main migrating tendencies unveiled by this source of data and, on the other hand, to compare them with the behavior of the phenomenon occurred in the previous decade. Hence, the author reviews the main features of the migration process occurred in the 90's and makes further identification of eventual ruptures or continuities which took place in the first half of the 21 century. Beyond these analyses involving the

behavior of the volume of immigration, emigration, return migration etc, as well as the migration flow and the characteristics of the migrants involved, the author also presents some technical considerations about PNAD's potentialities and limitations as a source of data for studying migration.

The results of the studies reveal, much more than changes, the continuity of the migratory tendencies, particularly in the late 90's. Special attention is dedicated to the progressive reduction of migration from the Northeast region, the states of Paraná and Minas Gerais to São Paulo, to the increase of return migration and to the decrease of migration to the border line areas.

O Autor

JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA é demógrafo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (Nepo), ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Anexo 1

UF em 1999	UF em 2004												
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	R.G. Norte	Paraíba	Pernambuco
Rondônia	1.857	3.456	4.906	483	612	219	219	1.566	217	2.260	2.260	2.260	2.260
Acre	3.310	2.491	2.491	322	174	209	219	1.046	217	2.340	2.340	2.340	2.340
Amazonas	6.045	3.020	17.628	6.759	17.628	219	798	1.046	1.730	468	5.877	213	213
Roraima	236	6.425	438	438	438	219	1.594	1.046	4.040	1.809	452	213	213
Pará	3.645	309	21.949	9.583	643	22.604	17.243	1.046	4.040	1.809	452	213	213
Amapá	155	1.838	1.838	643	11.423	219	797	1.046	217	452	452	452	452
Tocantins	1.892	8.442	8.442	482	38.452	5.337	15.500	22.467	1.010	468	468	468	468
Maranhão	219	1.223	1.223	321	91.177	5.337	2.184	47.024	11.984	1.356	1.356	1.356	1.356
Piauí	710	309	1.223	1.288	3.358	209	873	8.360	3.110	5.148	5.148	5.148	5.148
R.G. Norte	1.130	1.394	610	305	6.397	209	873	2.613	1.592	5.616	5.616	5.616	5.616
Paraíba	945	155	2.364	161	6.397	209	1.312	3.135	11.982	11.755	11.755	11.755	11.755
Pernambuco	134	697	697	697	697	219	797	1.045	1.404	4.520	4.520	4.520	4.520
Alagoas	1.857	611	611	644	6.814	417	2.837	2.091	5.779	936	1.808	19.247	19.247
Bahia	3.917	155	7.827	7.827	1.040	4.585	4.585	2.613	4.470	2.340	2.712	937	937
Minas Gerais	2.349	305	305	2.807	2.807	797	797	522	3.026	213	213	213	213
Espirito Santo	236	929	2.139	161	2.872	1.093	1.093	4.782	18.978	10.303	39.782	14.138	14.138
Rio de Janeiro	3.984	928	5.198	642	8.518	1.249	4.804	19.926	47.023	31.362	42.039	75.469	75.469
São Paulo	5.299	155	305	483	6.808	1.251	5.021	4.782	1.087	4.087	4.087	4.087	4.087
Paraná	946	310	2.138	483	439	219	437	3.110	1.872	426	426	426	426
Santa Catarina	1.375	1.395	1.395	1.664	1.664	1.664	1.664	1.664	1.664	1.664	1.664	1.664	1.664
R.G.do Sul	946	1.395	1.395	322	4.029	1.966	1.966	7.173	1.008	1.404	1.404	1.404	1.404
M.G.do Sul	7.661	908	908	161	10.635	15.939	15.939	7.173	3.658	1.659	468	1.356	3.491
Mato Grosso	709	290	306	161	5.129	6.551	6.551	7.173	19.329	9.669	7.491	4.521	3.917
Distrito Federal	1.635	310	1.223	161	5.129	6.551	6.551	7.173	19.329	9.669	7.491	4.521	3.917
Brasil Não Esp.	1.182	310	917	322	4.384	1.874	218	1.566	1.738	1.404	3.164	2.642	2.642
Pais Estrangeiro	50.228	15.087	64.918	38.706	239.495	34.399	82.530	180.924	121.212	143.418	74.898	141.492	182.574
Total													

continua

Anexo 1 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004												
	Alagoas	Sergipe	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	R.G. Sul	M.G. Sul	Mato Grosso	Goiás
Rondônia	-	-	-	3.100	3.290	-	2.701	8.715	2.317	1.839	4.318	13.860	1.380
Acre	908	-	-	392	-	448	857	-	-	583	616	-	345
Amazonas	-	668	429	-	470	447	3.602	386	-	629	924	330	1.034
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	2.988	-	-	-	-	-
Pará	-	-	2.988	3.287	1.410	7.004	18.519	2.949	6.370	792	1.851	4.950	14.142
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	1.158	-	-	-	1.380
Tocantins	-	-	3.894	3.698	-	-	1.714	597	-	419	-	4.948	28.972
Maranhão	-	335	1.698	3.680	-	4.562	16.764	-	-	582	616	20.124	22.764
Piauí	-	-	1.484	970	-	2.403	14.787	-	-	617	-	-	10.000
Ceará	2.727	1.004	2.130	10.439	-	6.515	38.152	1.157	1.737	1.001	-	660	5.517
R.G.Norte	-	669	215	3.474	-	2.442	9.775	772	-	582	309	660	690
Paraíba	-	669	3.419	3.513	-	19.340	32.073	1.542	-	629	925	-	2.760
Pernambuco	31.799	335	33.317	4.833	4.228	9.041	57.835	2.564	-	1.839	925	2.310	5.865
Alagoas	8.179	1.671	5.826	7.728	2.349	3.096	28.341	-	-	618	-	1.650	-
Sergipe	4.089	21.082	14.472	1.737	2.819	-	9.602	1.580	-	-	-	990	1.380
Bahia	-	-	-	31.068	23.963	12.664	182.669	2.777	-	3.983	2.466	1.650	36.212
Minas Gerais	-	2.008	20.537	-	35.243	27.761	200.028	5.767	9.844	1.211	4.318	4.619	33.107
Espírito Santo	908	3.013	9.849	49.170	-	21.126	12.259	385	-	209	-	1.320	-
Rio de Janeiro	1.817	2.343	15.090	42.981	22.553	-	42.179	4.530	579	6.708	2.469	660	4.829
São Paulo	26.348	11.712	152.456	193.891	7.048	27.319	-	117.343	41.122	18.586	25.600	18.478	34.489
Paraná	3.635	-	3.119	6.761	2.349	3.951	61.634	-	80.503	19.649	24.985	29.364	2.759
Santa Catarina	-	-	1.205	1.177	-	3.908	18.219	51.195	-	47.063	3.701	7.920	1.379
R.G.do Sul	-	-	1.073	6.759	1.880	1.547	17.360	27.124	60.811	-	2.160	12.540	2.069
M.G.do Sul	-	-	645	5.416	-	3.504	18.388	13.667	4.634	3.842	-	31.343	7.241
Mato Grosso	454	-	988	578	-	1.955	15.734	8.463	4.054	4.075	8.638	-	8.277
Goiás	-	-	5.378	30.303	1.879	2.443	10.503	4.781	1.158	209	4.015	34.315	-
Distrito Federal	454	334	10.131	14.483	-	4.560	9.862	1.196	-	2.213	-	660	88.980
Brasil Não Esp.	-	-	-	-	-	-	-	-	579	-	-	-	-
País Estrangeiro	-	-	4.042	8.160	2.348	12.658	50.067	25.545	8.106	3.520	5.244	6.600	3.794
Total	81.318	45.843	294.385	437.598	109.480	178.694	873.624	286.023	222.972	120.163	95.315	199.291	319.365

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retorno. Brasil, 1999/2004

UF em 1999	UF em 2004																			
	Rondônia				Acre				Amazonas				Roraima				Pará			
	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF		Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF		Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF		Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF		Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	
Rondônia	472	.	2.838	.	465	155	2.836	.	311	1.223	4.595	.	322	483	174	.	438	.	174	
Acre	219	.	5.826	.	286	287	2.447	.	917	306	5.202	.	483	321	8.545	.	3.066	.	6.017	
Amazonas	.	.	236	
Roraima	.	.	3.645	.	154	155	20.110	.	161	9.422	616	
Pará	.	.	155	.	155	.	.	.	1.222	
Amapá	
Tocantins	
Maranhão	236	.	1.656	8.442	.	161	15.124	3.589	1.663	482	4.014	34.264	
Piauí	.	.	219	.	310	306	1.223	.	321	439	1.288	.	175	438	4.646	.	.	.	2.919	
Ceará	236	.	474	.	154	155	775	.	917	306	610	
R.G.Norte	619	155	
Paraíba	.	.	1.130	305	
Pernambuco	.	.	945	.	155	2.364	
Alagoas	
Sergipe	
Bahia	.	.	1.857	.	.	.	134	.	611	
Minas Gerais	.	.	3.917	.	.	.	155	
Espírito Santo	.	.	2.349	
Rio de Janeiro	.	.	236	.	.	.	929	.	305	1.834	
São Paulo	946	.	3.038	.	928	305	306	4.587	306	305	305	
Paraná	474	236	4.589	.	.	.	155	
Santa Catarina	.	.	946	
R.G.do Sul	.	.	1.375	.	310	.	310	.	.	.	2.138	
M.G.do Sul	.	.	946	.	.	.	1.395	
Mato Grosso	944	.	6.717	.	155	753	
Goiás	.	.	709	.	290	155	306	
Distrito Federal	472	.	1.163	.	155	1.223	
Brasil Não Esp.	
País Estrangeiro	.	237	945	.	.	.	310	.	612	.	305	.	161	.	877	.	1.913	.	1.594	
Total	3.999	473	45.756	2.143	597	12.347	7.345	1.835	55.738	1.288	321	37.097	34.736	15.423	189.336					

continua

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retornado. Brasil, 1999/2004 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004														
	Amapá			Tocantins			Maranhão			Piauí			Ceará		
	Nasceu Munic	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	Nasceu UF	Não Nasceu UF										
Rondônia	
Acre	.	209	.	.	219	.	.	1.044	.	.	.	217	.	217	
Amazonas	219	.	798	.	523	.	523	1.009	.	721	
Roraima	1.594	
Pará	1.251	20.728	1.310	1.747	14.186	7.970	15.940	14.348	522	523	1.155	938	1.947	217	
Amapá	.	.	218	.	797	505	
Tocantins	7.173	3.188	14.346	.	.	.	505	.	5.862	
Maranhão	.	209	5.128	655	873	13.972	.	.	4.178	2.612	15.677	722	.	7.587	
Piauí	2.184	3.188	7.970	2.612	523	5.225	.	.	.	
Ceará	.	209	.	.	.	873	1.594	5.579	.	.	.	1.373	434	1.303	
R.G.Norte	.	209	.	.	.	873	.	.	1.567	.	1.046	.	.	1.592	
Paraíba	1.312	797	4.782	1.044	.	2.091	3.462	1.156	7.364	
Pernambuco	
Alagoas	219	797	
Sergipe	1.045	
Bahia	.	417	218	436	1.045	.	1.046	1.155	652	3.972	
Minas Gerais	.	1.040	1.309	.	3.276	.	.	.	2.091	522	.	939	2.522	1.009	
Espírito Santo	797	.	522	2.017	1.009	
Rio de Janeiro	1.093	1.594	3.188	1.044	522	1.044	8.945	2.669	7.364	
São Paulo	208	1.041	4.149	655	4.149	11.956	1.594	6.376	19.328	15.675	12.020	24.369	13.781	12.061	
Paraná	.	1.251	.	.	5.021	.	797	3.985	523	.	.	217	.	870	
Santa Catarina	219	
R.G.do Sul	437	722	1.085	1.303	
M.G.do Sul	
Mato Grosso	1.966	3.188	1.008	
Goiás	.	.	2.619	4.149	9.171	2.391	3.188	1.594	2.090	.	1.568	504	721	434	
Distrito Federal	.	.	218	1.311	5.022	3.188	1.594	2.391	10.970	5.222	3.137	4.685	2.523	2.461	
Brasil Não Esp.	
País Estrangeiro	624	1.250	.	.	218	.	.	.	522	522	522	1.087	.	651	
Total	1.875	1.251	31.273	6.547	9.171	66.812	42.242	94.836	50.148	26.120	44.944	56.325	27.853	59.240	

continua

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retornado. Brasil, 1999/2004 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004																				
	R.G.Norte				Paraíba				Pernambuco				Alagoas				Sergipe				
	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	Nasceu Munic	UF	Não Nasceu UF	Não Nasceu UF	
Rondônia
Acre	.	1.872	468	2.260
Amazonas	.	.	468	5.877	.	.	.	213	908	668
Roraima	.	.	.	1.809	.	.	.	213
Pará	.	.	.	452
Amapá	213	426
Tocantins	.	468	1.235	511	335
Maranhão	452
Piauí	.	.	1.872	904	1.533
Ceará	1.872	1.404	.	8.588	.	.	.	2.087	454	1.004
R.G.Norte	.	.	.	2.713	2.260	.	.	1.150	2.273	669
Paraíba	468	.	5.148	7.234	452	.	.	13.674	1.064	335
Pernambuco	468	.	1.406	4.069	452	.	.	1.363	1.661	2.272	24.529	669
Alagoas	936	.	468	4.520	2.683	.	.	7.071	2.683	4.998	335
Sergipe	468	.	468	452	452	.	.	1.576	3.109	3.179	1.364	1.671
Bahia	.	.	2.340	1.808	452	.	.	452	1.808	937	14.389
Minas Gerais	.	.	.	904	452	.	.	452	904	454	335
Espirito Santo	.	.	.	20.342	9.494	.	.	213	6.048	454	1.673
Rio de Janeiro	2.342	469	7.492	9.946	6.048	.	.	1.786	6.304	455	670
São Paulo	11.235	7.956	12.171	18.984	8.138	.	.	21.592	28.195	25.882	12.719	4.684
Paraná	511	511	3.065	2.726	909
Santa Catarina	.	.	.	452	.	.	.	213
R.G.do Sul	1.872	.	.	452	.	.	.	426
M.G.do Sul	.	.	.	452	.	.	.	724
Mato Grosso	.	.	1.404	1.356	.	.	.	852	213	454
Goiás	.	.	468	904	452	.	.	3.066	425	425
Distrito Federal	2.341	1.873	3.277	1.809	452	.	.	1.022	1.533	454	334
Brasil Não Esp.
País Estrangeiro	.	.	1.404	3.164	852	.	.	725	1.065
Total	22.002	14.042	38.854	49.272	22.604	.	.	38.159	50.596	27.711	11.814	27.771
				69.616	93.819	.	.	41.793	9.035	9.037

continua

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retornado. Brasil, 1999/2004 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004																	
	Paraná				Santa Catarina				R.G.do Sul				M.G.do Sul				Mato Grosso	
	Nasceu		Não Nasceu		Nasceu		Não Nasceu		Nasceu		Não Nasceu		Nasceu		Não Nasceu		Nasceu	Munic
	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF	UF
Rondônia	2.392	598	5.725	1.159	579	579	579	629	419	629	791	309	617	3.392	616	330		
Acre	386								420		583			924				
Roraima		2.391	597								792			1.851				
Pará		2.949	1.158															
Amapá		1.158																
Tocantins		597									419							
Maranhão											582							
Piauí																		
Ceará		1.157									1.001							
R.G.Norte		772							582									
Paraliba		1.542									629							
Pernambuco	386		2.178						209	419	1.211	308						
Alagoas																		
Sergipe		597	983															
Bahia	598	1.196	983						629	630	2.724							
Minas Gerais	1.793		3.974	2.896					420		791							
Espírito Santo	1.965		2.565						209									
Rio de Janeiro	20.622	26.622	70.099	8.110	4.632				1.002	630	5.076	926						
São Paulo	6.705	12.433	32.057	5.791	7.530				1.210	2.258	15.118	2.775	2.471					
Paraná	7.560	5.166	14.398	7.529	9.844				1.956	4.587	13.106	2.159	308					
Santa Catarina	1.794	2.776	9.097	580					8.804	13.252	25.007		309					
R.G.do Sul	1.196	5.687	1.580	579														
Mato Grosso	1.792		2.989															
Goiás	598								210	1.165	838							
Distrito Federal																		
Brasil Não Esp.	5.339	8.329	11.877	579	1.737				1.841	1.050	629	1.543	309					
País Estrangeiro	53.126	66.393	166.504	28.381	25.480				20.821	28.206	71.136	10.798	5.248					
Total																		

continua

Anexo 2. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento, segundo condição de retornado. Brasil, 1999/2004 (continuação)

UF em 1999	UF em 2004										Total	
	Goiás			Distrito Federal				Total				
	Nasceu		Não	Nasceu		Não	Nasceu		Não	Total		
	Munic	UF	Nasceu UF	Munic	UF	Nasceu UF	Munic	UF	Nasceu UF			
Rondônia	.	.	1.380	55.239	
Acre	.	.	345	13.212	
Amazonas	.	.	1.034	.	.	206	52.928	
Roraima	205	.	.	1.439	.	.	13.325	
Pará	1.035	3.449	9.658	.	.	2.466	187.426	
Amapá	.	345	1.035	18.281	
Tocantins	3.450	3.794	21.728	410	.	1.849	.	.	1.849	.	112.004	
Maranhão	.	.	22.764	.	.	16.033	.	.	16.033	.	258.016	
Piauí	.	.	10.000	.	.	14.179	.	.	14.179	.	113.952	
Ceará	.	.	5.517	411	.	6.166	.	.	6.166	.	120.574	
R.G.Norte	.	345	345	411	.	1.642	.	.	1.642	.	37.284	
Paraíba	.	.	2.760	.	.	2.878	.	.	2.878	.	95.857	
Pernambuco	.	.	5.865	206	.	4.112	.	.	4.112	.	204.868	
Alagoas	205	.	.	205	.	85.668	
Sergipe	.	.	1.380	.	.	411	.	.	411	.	43.258	
Bahia	1.035	2.415	32.762	617	.	12.337	.	.	12.337	.	378.618	
Minas Gerais	4.484	2.069	26.554	2.055	.	21.366	.	.	21.366	.	398.460	
Espírito Santo	411	108.669	
Rio de Janeiro	345	344	4.140	1.235	.	9.657	.	.	9.657	.	255.653	
São Paulo	2.070	1.724	30.695	822	.	12.122	.	.	12.122	.	978.689	
Paraná	345	.	2.414	.	.	2.672	.	.	2.672	.	271.182	
Santa Catarina	.	344	1.035	205	.	139.268	.	.	139.268	.	171.182	
R.G.do Sul	.	.	2.069	205	.	2.055	.	.	2.055	.	146.372	
M.G.do Sul	2.069	690	4.482	.	.	2.054	.	.	2.054	.	97.271	
Mato Grosso	2.070	689	5.518	.	.	2.259	.	.	2.259	.	81.011	
Goiás	8.632	205	.	.	18.908	.	168.574	
Distrito Federal	7.588	10.345	71.047	199.982	
Brasil Não Esp.	579	
Pais Estrangeiro	690	690	2.414	1.028	.	6.779	.	.	6.779	.	157.612	
Total	25.181	27.243	266.941	16.442	205	143.233	205	205	143.233	205	4.793.832	

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

Anexo 3. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento Brasil, 1995/2000 – UF de residência em 2000

UF em 1995	RONDÔNIA	ACRE	AMAZONAS	RORAIMA	PARÁ	AMAPÁ
Rondônia		3530	6307	1118	1527	109
Acre	5070		4293	331	236	53
Amazonas	7086	4750		8561	11619	487
Roraima	650	82	2556		1761	95
Pará	2802	417	42185	13982		33744
Amapá	179	40	751	437	8267	
Tocantins	413	14	383	634	15507	160
Maranhão	2775	111	5912	13475	70956	5220
Piauí	683	31	1470	824	5021	308
Ceará	2124	361	3723	1386	7113	622
R.G.Norte	552	41	870	529	1068	328
Paraíba	1007	104	627	672	1376	201
Pernambuco	1513	85	1528	388	3120	255
Alagoas	352	31	196	92	1100	2
Sergipe	238	22	117	110	272	40
Bahia	2621	190	819	225	5000	170
Minas Gerais	6699	521	1354	506	5782	356
Espírito Santo	7754	117	265	99	1855	84
Rio de Janeiro	1571	558	5280	612	6587	258
São Paulo	8701	626	4176	670	9002	631
Paraná	9008	498	990	507	3505	352
Santa Catarina	1239	140	511	201	1295	38
Rio Grande do Sul	1390	223	1277	534	2172	210
Mato Grosso do Sul	3748	277	563	204	1126	104
Mato Grosso	12365	515	1381	855	6785	246
Goiás	2225	290	949	561	7936	342
Distrito Federal	560	61	1143	237	2057	167
Total	83325	13635	89626	47750	182045	44582

continua

Anexo 3. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento Brasil, 1995/2000 – UF de residência em 2000

UF em 1995	TOCANTINS	MARANHÃO	PIAUI	CEARÁ	RIO GRANDE DO NORTE	PARAÍBA	PERNAMBUCO
Rondônia	598	1192	313	2056	628	838	586
Acre	80	52	26	569	330	187	38
Amazonas	331	1546	788	3763	802	453	1216
Roraima	104	1456	471	1165	516	293	216
Pará	19569	28586	3988	8546	1751	1007	2217
Amapá	137	1153	129	891	323	111	266
Tocantins		6801	1188	773	257	443	514
Maranhão	23610		24533	8218	1412	1081	2068
Piauí	2830	16863		11986	733	541	3355
Ceará	1863	5346	8335		7862	5076	8734
R. G. Norte	240	857	826	7611		9044	4752
Paraíba	808	1472	1016	5278	13912		18802
Pernambuco	2070	2584	3655	11681	7086	21043	
Alagoas	661	614	468	2001	667	1403	18826
Sergipe	583	310	355	691	429	732	2015
Bahia	2071	1729	3736	7346	2963	4698	17696
Minas Gerais	5179	3236	1473	3385	1950	1548	3825
Espirito Santo	316	605	320	988	360	407	1196
Rio de Janeiro	577	4179	2231	16014	10062	16761	10866
São Paulo	5330	9865	23367	52502	17855	28349	58364
Paraná	1338	1323	343	1795	916	654	1468
Santa Catarina	538	435	219	1088	438	221	572
Rio Grande do Sul	1024	1046	815	2665	879	674	1514
Mato Grosso do Sul	708	443	317	1015	914	561	948
Mato Grosso	2042	2011	883	1348	567	552	905
Goiás	19535	3210	2171	2348	1648	1656	1480
Distrito Federal	3288	3906	6770	7203	2657	3672	2433
Total	95430	100820	88736	162926	77917	102005	164872

continua

Anexo 3. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento Brasil, 1995/2000 – UF de residência em 2000

UF em 1995	ALAGOAS	SERGIPE	BAHIA	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
Rondônia	73	118	1134	4036	2116	1104	7235
Acre	14	30	76	449	220	291	775
Amazonas	192	307	755	1504	350	3647	3468
Roraima	40	32	277	574	184	971	561
Pará	272	247	2944	6659	2411	8235	13911
Amapá	15	42	29	289	65	291	496
Tocantins	161	101	1535	3333	117	606	4265
Maranhão	580	425	1941	5078	912	12442	32551
Piauí	185	389	2924	1936	257	5641	45577
Ceará	996	843	6655	5526	958	27349	66384
R.G.Norte	326	595	1673	2674	469	9658	19450
Paraíba	1124	1010	4423	2625	539	44146	48777
Pernambuco	17414	3289	23139	5216	1321	22595	131488
Alagoas		11318	7832	3659	926	5409	62609
Sergipe	4615		13433	1589	853	4450	21505
Bahia	3885	17094		36664	31743	29035	277306
Minas Gerais	1073	807	19859		38516	48324	178422
Espírito Santo	410	154	14447	29512		18250	10826
Rio de Janeiro	2771	3028	15280	57060	28927		46959
São Paulo	19105	10293	105691	202117	11850	45105	
Paraná	642	313	4023	14054	1404	5793	131294
Santa Catarina	117	161	1215	2851	583	3370	16134
Rio Grande do Sul	390	372	3600	3766	812	7755	18159
Mato Grosso do Sul	220	151	1299	4377	410	3248	34812
Mato Grosso	504	329	1891	6507	638	1892	21454
Goiás	302	296	7580	30607	680	2710	19564
Distrito Federal	541	365	6917	15174	1908	7432	9827
Total	55967	52109	250572	447836	129169	319749	1223809

continua

Anexo 3. Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências cinco anos antes do levantamento Brasil, 1995/2000 – UF de residência em 2000

UF em 1995	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL	MATO GROSSO DO SUL	MATO GROSSO	GOIÁS	DISTRITO FEDERAL	Total
Rondônia	7.970	1.512	1.153	2.629	20.606	3.077	1.169	72.734
Acre	615	141	101	183	494	991	424	16.069
Amazonas	1.504	532	1.185	721	550	1.243	1.298	58.658
Roraima	387	49	232	329	335	818	226	14.380
Pará	3.063	1.090	1.342	1.166	6.047	21.462	6.570	234.213
Amapá	184	36	267	49	167	328	171	15.113
Tocantins	809	54	728	316	3.145	34.915	5.341	82.513
Maranhão	1.590	488	766	537	4.823	29.166	23.800	274.470
Piauí	612	310	510	450	821	15.081	21.477	140.815
Ceará	1.521	1.316	1.752	1.050	1.608	7.891	10.315	186.709
R.G.Norte	744	685	789	308	460	3.112	3.625	71.286
Paraíba	1.225	583	645	422	885	4.878	6.928	163.485
Pernambuco	2.346	1.124	1.365	1.862	2.445	5.900	5.777	280.289
Alagoas	1.035	472	381	1.173	3.799	1.840	1.083	127.949
Sergipe	1.066	258	259	470	679	1.106	724	56.921
Bahia	5.145	1.904	2.136	1.621	4.479	32.067	25.587	517.930
Minas Gerais	9.463	3.050	3.158	3.357	6.557	34.261	25.998	408.659
Espírito Santo	1.468	727	831	173	981	1.226	1.778	95.149
Rio de Janeiro	7.842	6.127	8.269	3.849	1.557	4.550	12.448	274.223
São Paulo	131.094	28.343	14.546	36.250	19.793	27.976	12.520	884.121
Paraná		80.905	22.132	17.186	27.942	5.141	3.472	336.998
Santa Catarina	53.293		41.155	2.465	7.736	1.995	1.655	139.665
Rio Grande do Sul	23.669	58.586		4.258	9.271	3.780	4.050	152.891
Mato Grosso do Sul	18.696	3.302	3.342		21.302	4.786	1.865	108.738
Mato Grosso	17.593	4.231	2.958	12.280		20.354	2.640	123.726
Goiás	2.608	2.278	1.557	3.786	18.309		35.259	169.887
Distrito Federal	1.766	1.548	1.836	819	1.506	104.758		188.551
Total	297.308	199.651	113.395	97.709	166.297	372.702	216.200	5.196.142

